



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2023

N.º 5/2023/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 9:30 horas de 25 de novembro de 2023;-----

MESA (CDS/PP):-----

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;-----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.-----

Membros eleitos pelo CDS/PP:-----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----

- José do Nascimento Peres;-----

- José Augusto Tavares Ferreira;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----

- Alexandra Pinho;-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;-----

Membros eleitos pelo PS-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----

- José Hermínio Tavares Fernandes;-----

- Ricardo Filipe dos Santos Pinho Gomes de Aguiar, em suplência de Diana Martins

2023.11,25

Abrantes Leite;-----

Membros eleitos pelo PSD-----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----

- Ana Rita Fernandes Martins;-----

- Daniel Alexandre Martins Barbosa;-----

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)-----

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----

- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;-----

- Henrique Martins Pereira, Junqueira;-----

- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----

- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----

- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

Presidente da Junta de Freguesia (PS)-----

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;-----

AUSÊNCIAS: -----

- **Diana Martins Abrantes Leite**, por motivos profissionais (mensagem recebida às 9:46 horas de 21/11/2023, ausência justificada pela Mesa). A seu pedido, foi substituída por Ricardo Filipe dos Santos Pinho Gomes de Aguiar, uma vez que contactado o seguinte da Lista do PS, o Sr. deputado municipal António Miguel Pinho Martins de Castro, este comunicou a impossibilidade de a substituir. -----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares**, que comunicou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a impossibilidade de estar presente, por motivo de doença; ausência justificada pela Mesa. -----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, **estiveram presentes em representação da Câmara**



Municipal: -----

- o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva; -----

- os vereadores: -----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes; -----

- Mónica Pinto Seixas (que chegou mais tarde, no Pt3); -----

- André Agostinho Martins da Silva; -----

- Tiago Correia Fernandes; -----

- Frederico da Costa Martins. -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de setembro de 2023; -----

c) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações; -----

2. Auto de transferência de competências na área da Saúde no âmbito da descentralização de Competências; -----

3. Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2024-2028;

4. Mapa de Pessoal para 2024; -----

5. Atribuição das Medalhas de Mérito Municipal, Grau Ouro, à Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense e à Sociedade Artística - Banda de Vale de Cambra; -----

6. Reconhecimento do interesse estratégico municipal na "Construção do Edifício

2023.11.25

destinados a Cuidados Continuados”, pela Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, na Rua de São Tiago, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

Pelas 9 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 27 deputados municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. -----

O Sr. Presidente da Mesa comunicou a ausência da deputada municipal Diana Martins Abrantes Leite e informou que, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, em sua representação se encontra **presente Ricardo Filipe dos Santos Pinho Gomes de Aguiar que, por ser a primeira vez que participa numa sessão da Assembleia Municipal, vai ser investido no lugar de deputado municipal** para que possa participar na presente sessão. -----

É lido o Auto de tomada de posse pela 2ª Secretária da Mesa, Rita Casal, que, após verificação da identidade, o assina juntamente com o investido e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à consideração dos presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Ex-Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel Martins de Almeida Leite, subscrito pelas bancadas do CDS/PP, PS e PSD, o qual foi lido pela 2ª Secretária: --

----- **VOTO DE PESAR** -----

*“Faleceu no passado dia 12 de novembro o Eng.º Rui Leite. -----
Natural da freguesia de Vila Chã, onde nasceu no dia 28 de maio de 1957, Rui Manuel Martins de Almeida Leite licenciou-se em Engenharia Química pela Universidade de*



Coimbra e desenvolveu intensa atividade profissional ligada ao sector dos laticínios, no âmbito da qual foi diretor, administrador e consultor de diversas empresas, destacando-se, naturalmente, o seu papel e contributo na Lacto-Lusa, tendo sido, concomitantemente, Presidente da Associação Nacional dos Industriais dos Laticínios e Membro da Confraria Nacional do Leite. -----

Cidadão atento e Município interventivo, ajudou várias Instituições, Associações e Entidades, de diversos modos e formas, e integrou os Corpos Sociais de algumas delas, designadamente do Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões e da Associação "Rede Scientiae", para além de pertencer, entre outros, à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra. -----

Para além disso, dedicou-se a causas públicas diversas e, nesse contexto, foi Presidente desta Assembleia Municipal de 2013 a 2017, partilhando com muitos de nós, preocupações, tribuna e causas. -----

Na verdade, para além de uma vida dedicada à profissão e à família, foi também um cidadão responsável e interventivo e um autarca devotado, o que sempre fez com inegável sentido social, motivo pelo qual, com o seu sorriso, a sua personalidade e o seu trabalho, conquistou o respeito e a consideração de todos. -----

Assim, pela sua dedicação a todas as causas públicas e sociais que abraçou, pelo seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal tributa ao Sr. Eng.º Rui Leite o reconhecimento devido pelo exemplo de cidadão, profissional, autarca e munícipe.

É, pois, com enorme consternação, que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra lamenta esta perda e recorda com emoção, o homem e o seu legado, que permanecerá sempre presente nas memórias deste Salão Nobre e de todos nós. -----

Por tudo isso a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão de 25 de novembro de 2023, presta homenagem ao Sr. Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua Exm.ª Família as

2023.11.25

mais sentidas condolências.-----

Vale de Cambra, 25 de novembro de 2023. -----

Os Proponentes, "-----

(Membros da AM eleitos pelo CDS-PP, PS e PSD)" -----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais que manifestaram vontade de lhe prestar uma homenagem pública, conforme se transcreve:

Deputado municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho:-----

"Intervir nesta sessão para falar do Rui Leite é, sem sombra de dúvida, a intervenção mais dolorosa que farei neste mandato. Dolorosa, pois sinto dor por esta perda inesperada, imprevisível, injusta e sem dúvida nenhuma prematura, de um grande Homem, de um dos grandes vultos da nossa terra e, para mim, para a nossa bancada, e para o Tiago Fernandes, a perda de um grande amigo. -----

Estou certo de que esta sensação de perda que nos invade é comum a esta Assembleia Municipal, pois mesmo nas diferenças existem pontos comuns, a amizade e o respeito. - -

É que o Rui Leite tinha este talento e engenho, a arte de se dar com todos, e por todos ser respeitado, pois nunca teve medo de dizer o que pensava mesmo se o fizesse sozinho. Nos tempos que vivemos, pessoas assim são raras, pois na inegável coragem de ter pensamento próprio reside a vontade de contribuir construtivamente para a sua terra. -----

São várias as pessoas que ao longo dos tempos contribuíram para o crescimento e para o desenvolvimento económico e social de Vale de Cambra, o Rui Leite é um Senador entre esses pois o seu contributo direto para Vale de Cambra é enorme. -----

Como empresário, onde assume particular destaque o seu papel na Lacto-Lusa, uma das grandes empresas de laticínios de Portugal, o Rui Leite deu continuidade ao legado familiar e foi um dos construtores desse gigante. O Rui Leite, engenheiro químico de formação, e mestre queijeiro por ADN, esteve diretamente ligado ao desenvolvimento de queijos como o Queijo Pastor, e inegavelmente ligado aos vários produtos da empresa que, ainda hoje, invadem os hipermercados de várias regiões do mundo levando o nome da nossa terra. -----

É que o Queijo, como tantas vezes dizia o Rui Leite, é um marco na história industrial de Vale de Cambra, é o que nos distingue de tantas outras indústrias no nosso país, pois foi aqui que se fez Queijo. O Queijo, o grande embaixador de Vale de Cambra no mundo,



que estimulou o desenvolvimento social e económico da nossa terra, criando indústrias para lhe dar apoio, indústrias essas que seguiram o seu caminho e hoje são gigantes nos seus setores. -----

O legado do Rui Leite nos lacticínios, e no Queijo em particular, é gigante, e não se limitou à Lacto-Lusa, depois Lacto-Ibérica e, mais recentemente, Bel Portugal, pois o Rui Leite desempenhou funções de âmbito nacional, desde logo, foi Presidente da ANIL - Associação Nacional dos Industriais dos Laticínios e consultor de várias empresas deste setor. -----

É por isso que homenagear o Rui Leite é um gesto que se quer que seja justo para com alguém que tanto lutou pela sua terra. Como bem dizia, não foi só aqui que o nosso Queijo criou valor, pois como sinalizou o Rui Leite, quer como Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, quer como orgulhoso cambrense que era, por via do "Queijo" a nossa terra desenvolveu muitas regiões do nosso país, mas uma em particular, onde hoje ainda lá estamos, os Açores. -----

*Ter orgulho em ser de Vale de Cambra é um sentimento que carrego diariamente, que acredito que todos carregámos diariamente, mas o Rui Leite fazia disso um acontecimento. Como Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra promoveu iniciativas que faziam falta, como é o caso da ColetivArte ou do projeto "Orgulho em ser Cambrense", pois o mérito das nossas gentes mereciam o justo reconhecimento. -----
Saber reconhecer é cada vez mais importante, e saber agradecer, também. No Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino, existem três níveis de gratidão. Na língua portuguesa, quando agradecemos a alguém usámos o mais profundo, com uma palavra tão simples, Obrigado. -----*

Um obrigado, uma pequena palavra que significa que eu me obrigo perante ti pelas tuas palavras ou gestos ou feitos. -----

Obrigado ao Rui Leite, empresário, gestor e consultor de empresas, dirigente associativo e social, engenheiro químico, acupuntor, ex-Presidente desta Assembleia Municipal e, claro, Cambrense, um orgulhoso Cambrense, daqueles cujo amor à terra é genuíno, puro, intenso e sério. -----

Obrigado ao Rui Leite, um amigo com quem vivi grandes aventuras, mas que me desafiou para uma das que mais me orgulham na vida, servir a minha terra, servir Vale de Cambra, sermos TODOS por Vale de Cambra! Com o Rui Leite corri o concelho, com o Rui Leite senti, e sentimos todos, o poder da lealdade e da retidão, do humanismo e da palavra comunidade, pois o Rui Leite era tudo isso e muito mais. -----

2023.11.25

Obrigado por tudo, Rui! -----

Deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva: -----

"Partiu um homem bom. -----

Vou iniciar esta difícil intervenção com parte do discurso do Eng. Rui Leite a quando da sua apresentação de candidatura a Presidente da Assembleia Municipal em 2013.

Início de citação: -----

«Quando recebi o convite pensei em 3 coisas, em primeiro lugar comecei a pensar na minha terra que foi sempre generosa para mim e para a minha família ao longo do tempo. -----

A segunda foram as gentes da minha terra que sempre me respeitaram assim como sempre respeitaram a minha família. -----

Por fim sempre fui educado em valores de reconhecimento e de agradecimento para quem me trata bem. -----

Como ainda não estou senil e tenho alguma energia decidi que a única forma de agradecer à minha terra e agradecer às gentes da minha terra que me têm tratado tão bem seria pôr-me à disposição para a servir. -----

Encaro esta prova um pouco como uma estafeta de 4 x 100 metros em que ou disponibilizo para fazer o 3.º percurso, que é dos percursos mais longos, em curva, e entregar o testemunho ao Presidente que com as gentes da minha terra onde cortar a meta em primeiro lugar e havemos de ver o país a bater palmas às qualidades das gentes de Vale de Cambra. -----

Por tudo isto eu sou um candidato independente à Presidência da Assembleia Municipal de Vale de Cambra.» -----

Fim de citação -----

Cedo se apercebeu da dificuldade em conseguir chegar à meta de mãos dadas com os Cambrenses pois o labirinto dentro da casa que tão bem conheceu como empresário é longo e repleto de obstáculos, mas nunca desistiu. -----

O Rui Leite tinha um sonho para Vale de Cambra, tinha um sonho para a gentes da sua terra como carinhosamente as chamava. -----

Um homem íntegro, sério, de princípios e valores bem vincados. Da Boa CEPA portuguesa como se costuma dizer. -----

Um autarca firme, convicto, humanista. Em suma era um SOCIAL DEMOCRATA.

Conheci três verdadeiros social democratas neste concelho, o Senhor Álvaro da Costa



Leite, o Dr. Eduardo Coelho e o Eng. Rui Leite. -----

Ser social democrata é muito mais que uma ideologia, é uma forma de ver a vida e mundo. -----

Ser Social democrata é querer acabar com os pobres e não querer acabar com os ricos.

Ser Social Democrata é ter sempre humildade para escutar, pensar e construir o futuro para todos e não apenas um futuro para alguns. -----

O Eng. Rui Leite foi sem dúvida alguma um social democrata nas instituições do concelho que representou, nas empresas que geriu e na Assembleia Municipal que presidiu. -----

Ao leme deste órgão, que todos nós hoje temos a responsabilidade de honrar, foi um líder independente, sério, vertical e transparente. -----

Não teve medo das palavras, foi incomodo para as mentes mais fechadas e para almas menos abertas aos desafios de futuro. -----

Não teve receio de apostar nos jovens em vários momentos da sua vida. -----

Como empresário tinha uma paixão pelos lacticínios, pela historia dos lacticínios. -----

Se hoje somos conhecidos pelo "Município berço dos lacticínios" muitos lhe devemos. ---

Está nas nossas mãos, mas principalmente nas mãos de quem lidara o município garantir que a historia construída por milhares de mulheres e homens não se apague. ---

O museu dos lacticínios que estava no programa de governo apresentado pelo senhor Presidente da Câmara em 2013 não chegou a sair do panfleto. -----

Que bonita homenagem lhe poderíamos fazer se esse projeto saísse do papel. -----

Como homem vi no Eng. Rui Leite um homem amigo do seu amigo que não escolhia os seus amigos pela sua condição social ou religiosa. -----

Sempre conheci o Eng. Rui Leite como o pai da Diana e do André e como amigo do Fernando (o meu pai), um homem pobre que sempre encontrou as portas de casa do seu amigo Rui Leite abertas para escutar os seus problemas e o tentar ajudar. -----

Termino como comecei. -----

Partiu um homem bom, com um legado e com um sonho para a sua terra e para as suas gentes. -----

Aprendi com a vida que os homens bons partem cedo. -----

Saibamos nós aproveitar o seu legado para nos cultivarmos e encontrarmos a força necessária para construirmos a nossa terra com maturidade, ousadia e visão de futuro."-

Deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida: -----

"Por estes dias fará 10 anos, que numa tarde fria e chuvosa, nós estávamos aqui a

2023.11.25

propor e a eleger o Eng.º Rui Leite como Presidente da Assembleia Municipal deste concelho. Não esperava que passado pouco tempo, (10 anos é um período curto de tempo) aqui estivéssemos a lamentar a sua perda. Eu não me vou referir muito ao aspeto pessoal, dado que fui amigo dele desde relativamente cedo, mas àquilo que tem a ver com a sua atividade institucional e particularmente àquilo que ele foi, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal. Foi proposto pela bancada do CDS/PP, agora com outros protagonistas, mas com alguns ainda aqui presentes, como o Sr. Eng.º Jorge Silva, o Sr. Peres, a enfermeira Paula Pedro, o Sr. Presidente da Junta de Rôge António Costa, o Sr. Presidente da Junta de Junqueira Henrique Pereira e o Sr. Presidente da União de freguesias Sr. Manuel Campos, que, como eu, com ele conviveram e compartilharam esse período. Como Presidente desta Assembleia Municipal, ele honrou sempre esta instituição e a bancada que o propôs; foi um Presidente que, como todos, teve o seu estilo diferente de presidir; foi um Presidente que trouxe algumas inovações, como a plataforma de contacto com os nossos conceterrâneos que estão fora das nossas fronteiras, como algumas exposições de arte, que promoveu com conceterrâneos nossos, Adão Pinho da Cruz e Gabriela Albergaria; foi também um Presidente que procurou a proximidade ao cidadão valecambrense, levando a Assembleia Municipal a reunir nas várias freguesias deste concelho; foi um Presidente que conduziu os trabalhos, sempre na perspectiva da bancada do CDS/PP, com determinação, com a autoridade necessária e também com muita liberdade e, nesses aspetos ele nem sempre foi compreendido por todas as bancadas dessa Assembleia, e tenho que o dizer. Hoje todos lhe demos palmadinhas nas costas, mas isso nem sempre aconteceu, apesar de nós, na nossa bancada, termos sempre essa preocupação, porque entendemos que ele presidiu bem a esta Assembleia e a defendeu e, se algumas vezes isso não aconteceu, foi porque eu próprio, pessoalmente, (e pelo facto me penitencio) não tive a capacidade de perceber que em algumas altura estavam a ser produzidas algumas palavras de injustiça e eu, volto a dizer, não tive a hombridade de o vir aqui defender, mas ele foi, de facto, um Presidente que esteve à altura dos desígnios deste concelho, e excetuando o caso do Dr. Miguel Paiva, foi de todos os Presidentes da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o único que, infelizmente, já faleceu e era o mais jovem de todos, com a exceção, em termos de juventude, por isso nós aqui hoje estamos todos a homenageá-lo e curvamos-nos perante a sua morte.” -----

Tendo a proposta de voto sido subscrita pelas três bancadas, foi a mesma aprovada por unanimidade, feito um minuto de silêncio seguido de aclamação, de pé, por todos os



ATA N.º 5 123

FL. N.º 13

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2023.11.25

presentes no Salão Nobre. -----

Finda a homenagem, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao Período de Antes da Ordem do dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) **INFORMAÇÕES DIVERSAS**, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal: O Sr. Presidente informou que se encontrava disponível a pasta da correspondência recebida, para eventual consulta, informando os deputados municipais dos diversos eventos onde este esteve, ou delegou a presença, em representação da Assembleia Municipal, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

b) **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE SETEMBRO DE 2023:** -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção da deputada municipal Ana Rita Martins, deliberou por maioria dos 27 membros presentes, aprovar a ata da sessão realizada em 12 de setembro de 2023. -----

c) **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** -----

O Sr. Presidente da Mesa, Miguel Paiva, deu a palavra aos deputados municipais inscritos, por ordem da sua inscrição: -----

A deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins cumprimentou todos os presentes. - Disse lamentar a morte do Ex-Presidente desta Assembleia Municipal, Rui Leite, compreendendo que é uma dor e uma perda e, apesar do pouco contacto tido com ele, manifestou-se solidária com a dor demonstrada nesta que é, uma situação da vida, infelizmente, inultrapassável. -----

De seguida perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação da obra do Centro de Artes e Espetáculos e, em termos de procedimentos, para quando se previa a receção definitiva da obra, que se julga pronta ao contrário da pavimentação

2023.11.25

da envolvente ao CAE que, por ainda não estar concluída, gera uma certa confusão. Tendo em conta o aspeto cultural, refere a deputada que, como se aproxima a época Natalícia, se poderia ser realizado algum espetáculo, tendo em conta que foi, já há algum tempo, adjudicado um contrato para a realização de uma agenda cultural, no valor de setenta mil euros, contrato do qual pretende saber em que ponto se encontra;

- perguntou qual a percentagem de cobertura da rede de saneamento e abastecimento de água e se existe informação quanto ao número de casas que ainda estão sem ligação do saneamento à rede pública a nível concelhio; -----

- perguntou o ponto de situação da desagregação de freguesias e se tem havido algum desenvolvimento do pedido feito pela Junta a atual União das Freguesias, liderada pelo mesmo partido do executivo camarário;-----

- sobre a rede de transportes “UNIR” que, gerou bastante agitação social, disse que, face à publicação da Câmara Municipal, percebeu que a reação resultou de um lapso, solicitando ao Sr. Presidente que lhe explicasse o motivo de ter havido esse lapso, porque, em sua opinião até podem ter existido mais lapsos nesta e noutras situações, mas ficaram sem explicação porque as pessoas não reclamaram e por consequência, foram esquecidos.-----

Por último, perguntou ao Sr. Presidente se existe algum procedimento para a instalação de um terminal ATM na Junta de Freguesia de Cepelos, conforme foi falado pelo vereador Frederico Martins em reunião de Câmara, porque a nível nacional, a ANAFRE, em conjunto com as entidades bancárias, está a promover este tipo de instalação.-----

O Sr. Presidente da Mesa, no seguimento da intervenção feita pela deputada municipal, sobre a desagregação das freguesias e a título de mera informação à Assembleia presente, disse que esta questão foi discutida no Conselho Geral da ANAM, tendo sido transmitido, então, que todo o processo pura e simplesmente se tinha extinguido com a dissolução do Parlamento, ficando de ser discutido na próxima legislatura, deixando,



contudo, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a prestação de qualquer outra informação da qual tenha conhecimento. -----

De seguida deu continuidade às intervenções dos deputados municipais: -----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida disse querer nesta segunda intervenção, não só cumprimentar os presentes, mas também dirigir uma saudação muito especial ao deputado municipal Ricardo Filipe Aguiar, colega recém empossado, dando-lhe as boas vindas e desejando que o seu mandato corra da melhor forma. -----

Pretende dividir a sua intervenção numa evocação, numa homenagem e numa pergunta que já foi feita anteriormente, mas que pretende reforçar, disse. -----

Começou por evocar o dia 25 de novembro, dia que, quis a circunstância que a Assembleia Municipal neste dia se realizasse, passados tantos anos, crendo que todos recordarão o momento considerado histórico na vida de Portugal, o dia 25 de abril, sem dúvida uma data importantíssima, dia em que se restituiu a liberdade aos portugueses, sendo contudo em 25 de novembro, a data na qual foi consolidada essa liberdade e essa democracia. Recordou que se viveram tempos em que tudo estava ameaçado, querendo, por isso, homenagear alguns nomes, como Jaime Neves já falecido, o General Ramalho Eanes, Mário Soares, o Almirante Pinheiro de Azevedo e muitos outros que foram importantíssimos na restituição da verdadeira liberdade ao povo português, deixando em seu nome e em nome da bancada do CDS esta invocação da data do 25 de novembro, que, em sua opinião será também a de todas as bancadas presentes por de igual forma se reverem nessa data importante.-----

De seguida quis deixar uma homenagem a um conterrâneo, atualmente no Brasil, mas que gosta da sua terra, Arões, e a visita frequentemente: o Dr. Alcides Martins, sub-Procurador Geral da República do Brasil e professor universitário, que foi galardoado com uma medalha pelo Ministério Público Brasileiro, conforme divulgado pela

2023.11.25

comunicação social Brasileira, e ele nunca se esqueceu de dizer que era português, natural da freguesia de Arões, de Vale de Cambra, frisando sempre que vinha da serra, e que, sendo uma pessoa simples, estando num cargo muito importante no Brasil, como é o de sub-Procurador ou mesmo Procurador da República, cargo que exerceu interinamente, merece ser homenageado. -----

Por fim, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, qual o ponto de situação da carreira de transportes que une Vale de Cambra à capital da Área Metropolitana do Porto, dada a sua importância, e que gerou uma preocupação muito grande e justificada nos cidadãos valecambrenses. -----

O deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e os Cambrenses presentes e proferiu a seguinte intervenção:-----

“Tenho, no dia de hoje, a oportunidade de dizer algumas palavras em jeito de reflexão, associadas ao momento histórico que ocorreu em 1975, nesta mesma data.-----

Se, o 25 de Abril de 1974 foi em Portugal o canto do cisne de um regime de partido único, já cansado, caduco e castrador das liberdades mais fundamentais, foi no 25 de novembro que se consolidou o processo de democratização do regime, enfrentando e repelindo as intenções organizadas de sovietação de Portugal.-----

Ficou, assim, aberto o caminho para se contemplar a nossa Constituição com um conjunto de princípios e direitos que, ainda hoje, são pedras basilares do país que pretendemos, um dia, ser pleno! -----

Já cantava Sérgio Godinho “Paz, Pão, Habitação, Saúde, Educação” no seu tema Liberdade! -----

E ... no decorrer de todas estas décadas, como é que temos tratado estes princípios, estes direitos, que inspiraram os nossos democratas quando reagiram à tentativa do golpe de extrema esquerda no 25 de novembro? -----



No que respeita à Paz, o mundo enfrenta múltiplos e complexos conflitos internacionais, assim como desafiantes processos de deslocação extra fronteiras, de populações que poderão afetar a paz interna de outros países.-----

Pois, se Portugal pouco ou nada poderá fazer para evitar estes fenómenos, tem pelo menos o dever de se preparar para enfrentar as suas consequências. No entanto, tenho assistido a uma deplorável degradação das nossas forças armadas, além de umas forças policiais, e serviços de informação insuficientes, mal equipadas e desautorizadas.-----

Pão! Pão é trabalho! Pão é o direito de se ganhar a vida de forma digna, segura e suficiente, mas o nosso mercado de trabalho é cada vez mais precário, mais mal pago, menos digno. -----

A organização e o peso das diferentes classes sociais do nosso país tem-se vindo a deformar, como consequência, uma classe média cada vez mais definhada, traída pelos sucessivos governos deste século; uns governos mais atentos às necessidades das classes dos empresários, outros mais atentos às classes baixas, mas todos,... todos sempre recorrem às classes médias, quando são necessários recursos financeiros para enfrentar uma qualquer crise. -----

Habitação é outra calamidade! Em vinte anos, deixou de ser um bem de primeira necessidade e passou a ser um bem de grande luxo! Isto nos mesmos vinte anos em que a classe média perdeu uma grossa fatia do seu poder de compra! -----

E insisto na classe média, porque é precisamente o tamanho e a qualidade desta classe social, que melhor definem um país. -----

Mostrem-me a classe média que têm e eu saberei se estou perante um país rico, ou pobre, de primeiro mundo, ou subdesenvolvido! -----

Saúde e Educação Públicas, são outros dois direitos fundamentais que estão pelas ruas da amargura!-----

As respetivas classes profissionais vivem descontentamento, falta de quadros e

2023.11.25

desmotivação. A qualidade dos serviços prestados está em decadência e acesso cada vez mais dificultado! Pelo contrário, a saúde e educação privadas, crescem a olhos vistos, frequentadas por quem pode! -----

Perante este quadro deprimente, sobra a liberdade, que essa ainda não nos foi negada!-

Mas como se tem vivido essa liberdade?-----

A liberdade política, no nosso país, é traduzida pelo sistema eleitoral democrático! Encontramos assim dois grupos principais de intervenientes, os eleitores, (cidadãos que têm direito a um voto), e os candidatos (cidadãos dispostos a servir temporariamente o país, num âmbito local ou nacional, através da política).-----

A questão negativa que se levanta é que o nosso sistema, permite que hajam lugares políticos que se perpetuam no tempo.-----

A questão é que, municípios há, tal como o nosso, em que os políticos se mantêm décadas nos lugares elegíveis, sempre os mesmos, nos mesmos lugares, ou, quando muito, participando numa periódica e curiosa troca de cadeiras! Pessoas gastas, carreiristas, sem padrões atuais de conhecimento, cultura ou ideais! E com objetivos cuja definição começa e acaba nos seus umbigos! -----

Não existirá na sociedade gente mais jovem, mais competente, com novas ideias, com inconformismo, com vontade de mudança, enfim, gente com mais vontade de fazer o que é preciso, para quebrar o ciclo mofento dos orçamentos sempre iguais, tipo *copy paste*, que pouco mais servem para além de uma simples gestão corrente. -----

Sempre os mesmos projetos, sempre as mesmas ideias, sempre o mesmo definhar gradual, paulatino, dia após dia, ano após ano, de "Municípios como o nosso". -----

Mas os "Municípios como o nosso", precisam de políticos que não se acomodem, que não aceitem a situação periférica como uma condição sem solução. -----

"Municípios como o nosso", precisam de políticos que questionem "qual o plano, qual o sonho? Há algum, ou temos 50 anos de simples gestão corrente?" -----



Políticos que contrariem a posição periférica através de ideias disruptivas, distintas dos lugares comuns e diferenciadoras do que os vizinhos tenham para oferecer. -----

É preciso imaginação, atrevimento, inconformismo ... coragem! -----

E é preciso, também, pôr no mesmo patamar de urgência, questões como transportes públicos de qualidade e que sirvam toda a população, saneamento básico e abastecimento de água potável em todas as casas, cultura de qualidade, apoio à fixação dos jovens. -----

É preciso deixar de chamar o nosso concelho de interior, como uma desculpa esfarrapada, para o despovoamento que se vai fazendo sentir. Estamos a trinta quilómetros do mar, não a trezentos! -----

Enfim, a liberdade política, também não está garantida. Nunca estará garantida! Mas estaremos sempre, mais perto de a perder enquanto houver mais pessoas a “viver da política” em vez de “viverem para a política”! -----

Enquanto isso, “Municípios como o nosso” vão morrendo aos bocadinhos, com os projetos de velhos sonhos guardados no fundo do baú mofento. Uma eterna madrugada de 25 de novembro, onde o nevoeiro não se dissipa e a noite não amanhece! -----

O 25 de novembro não aconteceu para este marasmo, o 25 de novembro aconteceu para ser cumprido!!!“-----

O deputado municipal e Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho Manuel Correia de Campos saudou todos os presentes. -----

Disse que no desempenho das suas funções, como Presidente da União das Freguesias, fez uma comunicação à Câmara Municipal e não obteve resposta, daí estar agora a intervir nesta sessão, para perguntar se as obras licenciadas estão a cumprir os requisitos da ARH, porque a não serem cumpridos os pareceres, quando há inundações, o Presidente da Junta é que é o visado nas reclamações das pessoas. Disse ter dado seguimento às mesmas, remetendo-as à Câmara Municipal, mas até à data não obteve

2023.11.25

qualquer resposta, nem escrita, nem verbal, dado que, também pessoalmente a esta Câmara se dirigiu para o efeito. -----

Acrescentou que em 18 anos como Presidente de Junta, foram os primeiros anos em que se fizeram obras numa freguesia e não foi comunicado se há algum inconveniente da parte da ARH, perguntando, por isso, se o parecer da ARH foi pedido, para assim a Câmara Municipal poder licenciar essas obras. -----

O deputado municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho afirmou ter conhecimento da polémica gerada com os horários da nova rede de transportes públicos, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, quantas novas linhas conseguiu junto da Área Metropolitana do Porto. -----

Tendo em conta a discussão e aprovação do orçamento, fez um apelo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente às verbas para o setor da água e do saneamento, considerando estes, fatores fundamentais para uma boa saúde pública, acrescentando que, quem não tem acesso à rede pública de água, não a beba de fontes não controladas ou pior, provenientes de solos poluídos, renovando o seu apelo para importância desse tema, solicitando ainda que a empreitada que atualmente decorre, especificamente no lugar de Paçô, termine o mais rapidamente possível, dadas as condições perigosas do ponto de vista rodoviário, em que se encontram as vias por onde a rede passa. -----

O Sr. Presidente da Mesa, concluídas as intervenções dos deputados municipais, **deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas:--

Após ter cumprimentado todos os presentes, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder à deputada municipal Ana Rita Martins, dizendo que, de momento, o Centro de Artes e Espetáculos tem assinado somente o auto de receção provisória onde foram vertidas uma série de correções reportadas pela fiscalização, estando o empreiteiro a proceder a essas correções, bem como a colocar os estores



exteriores cuja aplicação estava prevista após concluída a intervenção nos pisos exteriores, entre outras retificações de menor relevância, considerando o edifício concluído. Referiu que ainda não se encontrava definida a agenda cultural e que estão a ser elaborados dois processos para a abertura de procedimentos para aquisição do mobiliário e para as redes de CCTV, faltando ser feitas todas as vistorias que a lei exige para se proceder à sua abertura. -----

Disse não possuir, no momento, dados sobre a abrangência da rede pública de água e saneamento no concelho, sendo, contudo, difícil a cobertura a 100% no concelho todo, à semelhança do que acontece noutros concelhos com as mesmas características do "nosso". Mais afirmou que, as intervenções feitas neste âmbito dão sempre a sensação de que nunca foi feito nada, mas que, quando chegou à Câmara Municipal, esta não tinha dinheiro, não tinha crédito, estava estagnada, parada, tendo o seu executivo de a recuperar financeiramente, para depois poder fazer alguns investimentos relevantes, contando com as verbas constantes no orçamento da Câmara Municipal, dentro das possibilidades da sua aplicação nesta área. Numa fase quase final de admissão de candidaturas a fundos comunitários para financiar este tipo de obras, foi feita uma candidatura que posteriormente foi aprovada e conseguiu-se um empreiteiro que executou a obra na sua totalidade, apesar das dificuldades a nível do solo, obra esta que permitiu servir mais uma centenas de munícipes no concelho. Já a empreitada seguinte correu mal, não por culpa da Câmara Municipal, porque quem fez a gestão desta empreitada foi quem fez a gestão da anterior empreitada, sendo a culpa, obviamente da empresa que ganhou a nova empreitada e a abandonou, o que obrigou a Câmara Municipal, após cumprir todos os procedimentos, a abrir um novo procedimento, para ter uma nova empresa, com garantias de uma boa execução. Afirmou que toda esta situação lhe causou grande desagrado, gerou muito incómodo aos residentes, tendo solicitado à empresa, através do gestor do processo, para adiantar os trabalhos nos dias

2023.11.25

de bom tempo, no sentido de melhorar as condições de acesso aos moradores. -----

Sobre a desagregação da União das freguesias, agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a informação prestada, dado que não dispõe de qualquer outra informação sobre o assunto, devendo aguardar-se a posição do novo governo e da Assembleia da República sobre a questão.-----

Quanto à rede de transportes da Área Metropolitana do Porto - UNIR, sendo um procedimento de mais de 300 milhões de euros, numa prestação de serviços à população de 17 municípios, abrangendo por isso, uma grande área e algo complexa, disse ter sido também um processo difícil, fruto de muita beligerância judicial devido a reclamações e contestações por parte das empresas contra a Área Metropolitana que, ganhou todos os processos. A atual situação é a do início do serviço, havendo agora outros constrangimentos, como o da contratação de motoristas, sabendo que alguns da Transdev passaram para a nova empresa de transportes, depois existe a dificuldade que se prende com as centenas de rotas e poderão existir falhas e isso pode acontecer em Vale de Cambra, pode acontecer no Porto e em todo lado, durante este período de transição até ao ajuste de todo o serviço. Considera ter havido uma falha na rota do autocarro para o Porto, por erro de leitura, mas apesar das Câmaras Municipais terem de acompanhar o processo, este é um processo metropolitano e é a Autoridade Metropolitana que tem competências que lhe foram delegadas pelas 17 Câmaras Municipais, para fazer a gestão das rotas, da frota e de todo esse processo. -----

Sobre a instalação da Caixa ATM na Freguesia de Cepelos, disse desconhecer a situação.

Respondeu ao deputado municipal João Carvalho da Silva, dizendo que está completamente de acordo com este nas questões da água, do saneamento e da cultura, sendo realmente importante para o concelho ter uma cobertura em 100% do seu território em água e saneamento, questão também colocada pela deputada municipal Ana Rita Martins. Contudo, percebeu nas suas palavras e pela sua linguagem de forma



caricaturada, que procurou enfatizar e dar tónica a algumas coisas que parecem que estão muito más, mas que depois não estão assim tão más quanto isso, comparando a situação diria que, a um estado de nevoeiro que depois quase se dissipa. -----

Na sua perspetiva, Vale de Cambra é um concelho que continua a ter economia, que continua a ter atividade, a ter cultura e que está a criar condições para ter mais e melhor cultura, condições que não tinha, condições que provavelmente nos tempos em que efetivamente havia nevoeiro, nunca se conseguiu, salientando que não concorda com as afirmações negativistas, não fazendo o tal discurso “do interior”, como o Sr. deputado proferiu, porque constantemente afirma o contrário, dizendo que Vale de Cambra se situa a meia hora do Porto e a meia hora de Aveiro, embora tenha uma ou duas freguesias que ficam mais na sua interioridade, mas que também são freguesias que tem oportunidades e que tem potencial para mais e melhor, considerando Vale de Cambra um concelho magnífico e belo, com uma economia dinâmica que não morreu e que não vai morrer, ao contrário das pessoas, que partem, havendo algumas que partem cedo demais, como o caso do Sr. Eng.º Rui Leite. -----

Nesse seguimento, quis deixar uma palavra sobre a sua interação com o Sr. Eng.º Rui Leite, dizendo que “ultimamente ele vinha aqui à Assembleia Municipal e parecia que eu era inimigo dele, mas não era, nunca fui, pois fui eu quem o convidou para vir para a política, fui eu que o desafiei a ser Presidente e candidato a Presidente da Assembleia Municipal; tivemos muitas conversas, muitas reuniões, tivemos bons momentos, digo, excelentes momentos e tivemos momentos menos bons como todos temos, porque na política todos temos dias fantásticos e temos dias muito maus; como dizia há dias o professor Marcelo Rebelo de Sousa, «na política temos um dia bom e dez dias maus», e é um pouco assim. Ontem ao final da noite, disse: hoje tive um dia mau no sentido da pressão, mas tive um dia bom porque cheguei ao fim do dia, produziu-se, valeu a pena.

Quanto à questão do que tem ou não tem Vale de Cambra, “todos temos” de olhar para

2023.11.25

o nosso Município com paixão e com carinho, como também o Eng.º Rui Leite fazia e fazia-o bem, ao seu estilo e obviamente, eu aqui também lhe presto a minha homenagem, porque também aprendi muito com ele, partilhamos “muito carro”, muitos quilómetros, partilhamos muitos momentos e, também fica aqui uma saudade daquilo que foram esses tempos. -----

Os dias são assim, são desafiantes e todos são diferentes e eu queria deixar aqui esta palavra, como uma lembrança do mandato partilhado com o Ex-Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, recentemente falecido”. -----

De seguida, pedi ao deputado municipal Manuel Campos que clarificasse qual a obra a que se referiu na sua intervenção e sobre que respostas fala que a Câmara tenha de responder e não respondeu. -----

Das questões colocadas pelo deputado municipal Jorge Tiago disse já ter respondido acrescentando que, sobre a questão da água e do saneamento, também gostaria de abrir uma empreitada no início do próximo ano, de 45 milhões de euros para concluir as redes de água e saneamento, pois seria o necessário para aumentar a cobertura em Vale de Cambra, mas como isso seria impossível, apelou ao bom senso e que todos tenham essa noção, apesar da tendência de quem é candidato ou quando se encontram na oposição, dizer que vão fazer, sendo, contudo, um facto para o qual todos se devem consciencializar e deixar de se enganar, porque é uma ideia transversal ao PSD, ao PS e também ao CDS. Frisou que se forem prometer que vão abastecer o concelho todo de água ou fazer todo o saneamento e que vão cumprir! não vão cumprir nada! A não ser que consigam convencer o Governo Português a alterar radicalmente a política da água, o círculo urbano da água, porque de momento quer o POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos que foi extinto, quer a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, não têm dinheiro para a ampliação e expansão das redes. Com a nova reorganização que o Partido Socialista fez, foi delegada nas CCDR a gestão



do dossier da água e saneamento, que conta com uma verba ridícula de 60 ou 80 milhões de euros para os 80 municípios do norte de Portugal, sendo essa a realidade do país. Comparou os municípios de Arouca, Paredes, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso dizendo que estão na mesma situação que Vale de Cambra, e que Oliveira de Azeméis, município vizinho, tem uma cobertura inferior a Vale de Cambra e também não tem a melhor rede de serviços.-----

Informou que os valores que estão afetos para o círculo de programação 20 30 para qualquer Município como Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis ou Arouca, numa programação a 10 anos, são cerca de dois milhões de euros e esse valor não dá para renovar as redes que foram feitas nas décadas de 80 ou 90, que, na maioria, precisam de ser renovadas. Em sua opinião, o dilema do país, deste e de outros concelhos no círculo urbano da água, é não haver ou haver pouco dinheiro para novas redes, sendo um problema que todos têm de olhar de frente e, não vale a pena andarem a enganarem-se uns aos outros, a falar e a perguntar sistematicamente. Acrescentou que a Câmara Municipal tem uma carteira de projetos considerável, porque contavam que iriam abrir novas linhas de financiamento e Avisos para admissão de candidaturas, o que não aconteceu, vindo-se a verificar o inverso com o esvaziamento do POSEUR, programa onde havia dinheiro para investir no círculo urbano da água e que, ficou extinto. Face ao exposto, disse não vislumbrar grande futuro para o norte do país nessa vertente, acreditando, contudo, que esta situação poderá vir a ser revista. -----

Finda a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado municipal Manuel Campos que, no seguimento do pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de clarificação da sua questão, disse que a ARH superintende as levadas de água e por isso a referiu na sua anterior intervenção, que fez porque taparam uma levada de água na qual, alertou, há 35 anos passam dois tubos de água, pondo em dúvida o seu arranjo, se um dia rebentarem, sendo este um assunto

2023.11.25

que não é o que o levou a intervir por ser uma questão particular, a tratar, por isso, pelo Ministério Público. Assim, a sua intervenção centra-se na questão da levada que foi tapada, dizendo que o seu pedido para intervir na sessão se evitaria se tivesse havido um pedido de parecer da Câmara Municipal aos Presidentes das Juntas, surgindo este ano e noutros anos mais chuvosos, inundações nas habitações provindas dessa levada que originaram prejuízos avultados aos moradores que têm feito as reclamações na Junta de Freguesia que depois as remete à Câmara Municipal e desta não obtém resposta. Afirmou ainda, lamentar ter de fazer este tipo de intervenção. -----

Concedida, pelo Sr. Presidente da Mesa, a palavra à deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins para uma segunda intervenção, esta voltou a pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento quanto às carreiras de transporte em direto, se vão continuar a ser feitos nos horários praticados pela Transdev, nomeadamente às 7:50h, 13h e 15:15h. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra aos deputados municipais: -----

O deputado municipal Victor de Sousa Tavares cumprimentou todos os presentes. -----

Na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia disse ter, tal como os restantes seus colegas presidentes de junta, problemas com as redes de saneamento, propondo, por isso, a aquisição de um equipamento que permita a recolha de esgotos de fossas particulares, dado ter conhecimento que em noites chuvosas de inverno, as pessoas aproveitam para despejar a fossa para a valeta encaminhando esses resíduos para a rede de águas pluviais, para os campos e para onde lhes apetece, em total desrespeito para com os vizinhos, que se queixam, pois além de não poderem abrir as janelas, devido ao cheiro e às melgas, ficam com os solos num estado lastimável devido às infiltrações desses esgotos que vão influenciar também a qualidade das águas que ficam impróprias. Pediu a aquisição desse equipamento e a colaboração de todos, para que este pudesse percorrer as freguesias, periodicamente, considerando que se evitaria o



agravamento de um problema que prejudica o ambiente e a saúde dos cidadãos. -----

O deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva disse ter visto, ao entrar no edifício, câmaras de filmar, tendo pensado que a sessão ia ter transmissão *online* facto que o levou a rever a Moção que iria apresentar nesta sessão, sobre a questão. Constatando que não se tratava dessa transmissão, perguntou se no Orçamento está prevista a verba para o equipamento que vai permitir que as Assembleias Municipais sejam transmitidas *online* no próximo ano, e se realmente o Sr. Presidente já fez algumas diligências nesse sentido, qual era o ponto da situação. -----

No seguimento do proferido pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a sua forma de intervir, agradeceu as palavras, dizendo ser para si uma honra e um orgulho verificar que o Sr. Presidente apreciou a sua forma de enfatizar as coisas. -----

Perguntou se já havia empreiteiros interessados na obra a realizar para tapar a piscina em Arões, obra que o Sr. Presidente decidiu fazer e da qual discorda, ou se já houve uma mudança de planos, se reconheceu o erro e não vai fazer essa obra, que em sua opinião vai prejudicar os cidadãos e as pessoas do interior do concelho. -----

O deputado municipal Francisco Jorge Rodrigues de Sousa cumprimentou todos os presentes. -----

Sendo sua e uma área que conhece bem, a sua intervenção vai ser um alerta quanto à questão dos motoristas, conforme foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando não ser solução a procura por motoristas estrangeiros, pois mesmo assim virão a ser suprimidas muitas linhas de transporte por falta de motoristas, dado que, até ao fim deste ano, se irão reformar cerca de 3000 motoristas entre pesados de mercadorias e pesados de passageiros. Mais informou que de momento estão 282 homens a frequentar o curso de 140 horas, para obter o CAM - Certificado de Aptidão de Motorista, necessário para qualquer profissional que queira exercer a atividade de motorista, sendo este, um pequeno número em relação aos 3 mil que se vão reformar,

2023.11.25

daí, a enorme dificuldade nos transportes. -----

Acrescentou que a arte de motorista não é muito atrativa, porque o ordenado normal era de cerca de 800 euros, que este poderia ver reduzido, no caso do pagamento de multas por incumprimentos das regras de trânsito, conforme cláusulas contratuais.-----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida, face ao referido pelo seu colega João Carvalho da Silva, sobre a renovação política no concelho, disse ter feito as contas e, na Assembleia Municipal, dos membros diretamente eleitos neste ciclo de 3 mandatos, só contou 4 dos 22 que são eleitos diretamente, portanto, excluindo os Presidentes da Junta, que normalmente fazem ciclos de 3 mandatos, só 4 dos 22 é que estão em funções desde esse período. Acrescentou que também na Câmara Municipal e, considerando isso evidente no órgão executivo para ser dada continuidade, estão previstos ciclos de 3 mandatos, entende-se que esse é o período ideal e portanto, na sua análise considera ter havido uma renovação política no concelho.-----

Constatou que o saneamento é realmente uma necessidade básica da população e que esse problema, infelizmente, é transversal a todo o país. Nesse âmbito, disse estar a fazer uma certificação Europeia (ESG) onde as questões ambientais são pertinentes, e recentemente foi surpreendido ao saber que na cidade de Lisboa, capital do país, há bairros nas zonas centrais da cidade que não têm saneamento, tendo a Câmara Municipal de Lisboa, uma receita média anual no orçamento entre 2017 e 2020, de 850 milhões de euros ou seja, teve uma receita de 3400 milhões de euros em 4 anos e mesmo assim tem zonas onde o saneamento ainda não chegou. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os últimos esclarecimentos pedidos pelos deputados municipais: -----

Assim, respondendo à deputada municipal Ana Rita Martins disse que ainda não foram publicados os horários que serão disponibilizados pelo atual Operador em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes, pressupondo, frisa, que estes se irão



manter. Contudo, alerta para o custo que implica cada aumento da rede de transportes porque a Câmara Municipal terá de pagar cada quilómetro que um autocarro faça diariamente, devendo ser feita uma avaliação cuidada e um ajustamento conforme a procura. -----

Quanto à sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, admitiu a necessidade de pensar numa solução dessas, dado que as pessoas, de uma forma irresponsável, fazem essas descargas para as sarjetas e condutas de águas pluviais entre outros locais, não procurando Operadores para a realização desse tipo de serviço, apesar de saberem que cometem um crime público. -----

Quanto à questão da transmissão *online*, colocada pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, não querendo pôr em causa essa questão, a qual pretende resolver, disse que em sua opinião, gastar 75.000 euros num sistema de som, ou 75.000 euros em água e saneamento, a sua opção iria para gastar a verba em água e saneamento embora, sendo coisas diferentes, cada uma ocupasse o seu lugar. -----

Sobre a empreitada da adaptação da piscina do Centro Escolar de Arões/Junqueira informou o deputado de que continua com a solução da qual discorda, referindo que para a colocar em funcionamento haveria um encargo brutal anual que envolvia desde recursos humanos, equipamento entre outros fatores que se prendem com a sua conceção e funcionamento, mantendo assim o projeto de uso pelas comunidades desfavorecidas, pessoas de Arões e de Junqueira. -----

Ausentou-se momentaneamente da sessão, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu início à Ordem do Dia, com a presença de 26 deputados municipais (20 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL acerca da

atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL): -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 20/11/2023, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 1 de setembro a 31 de outubro de 2023. -----

Regressou à sessão, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva. -----

2. AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que no presente ponto tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal, o Auto de outorga da transferência de competências na área da saúde, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

Este informou que a Câmara Municipal de Vale de Cambra foi pressionada pelo Ministério da Saúde, através do seu Ministro e do seu Gabinete e também da própria ARS, para assinarem o presente Auto de transferência, para que os objetivos a que o Governo Português se propôs fossem atingidos perante a União Europeia e e também no âmbito do PRR, por conta do futuro mapeamento das intervenções a realizar, com a ameaça da perda de um suposto financiamento. -----

Esclareceu que nesta descentralização o município se fará representar na Administração, ficará na posse do edificado com a possibilidade, via PRR, de ter uma dotação financeira para requalificar os espaços, com os assistentes operacionais e os contratos associados à manutenção. No caso de Vale de Cambra serão cerca de nove funcionários, que estão de momento afetos ao Centro de Saúde, ficando obviamente excluído deste grupo de recursos humanos, o corpo de enfermagem e o corpo clínico. ---

Sobre as obras de requalificação do Centro de Saúde de Vale de Cambra, disse que foi



feita por parte do Ministério da Saúde uma proposta de mapeamento de 300 mil euros, o que considerou uma verba ridícula tendo, por isso, pedido aos serviços da Câmara Municipal para fazerem um levantamento onde foi apurada uma verba de 500 e tal mil euros, que posteriormente aumentou para cerca de 700 mil e picos euros, por se ter adicionado a caixilharia com eficiência energética, que não estava prevista, indo esta estimativa muito além dos 300 mil euros propostos pelo Ministério da Saúde. -----

Sobre o Posto de saúde de Junqueira, um espaço pequeno com um médico uma vez por semana, disse que, havendo uma certa dificuldade no acesso ao edifício, por pessoas com mobilidade condicionada, tentou encontrar uma solução para minimizar essa dificuldade de acessibilidade, aumentando o espaço disponível, dando-lhe uma maior funcionalidade, apesar de lhe terem dito que na perspetiva clínica seria uma má aposta fazer essa intervenção em Junqueira. Contudo, prefere ser criticado e ter feito alguma coisa por Junqueira, por 400 utentes desse pequeno Posto de Saúde, cujo local é o possível no momento, pois não há tempo para a escolha de um novo local tendo em conta a publicação do Aviso de abertura a candidaturas, estar para breve. -----

Explicou que todo o processo de negociação foi feito juntamente com a vereadora Mónica Seixas, conseguindo-se aumentar a base proposta pelo Ministério da Saúde de trezentos mil euros para uma verba de um milhão e trezentos mil euros, oitocentos mil euros para o Centro de Saúde e quinhentos mil euros para o Posto de Saúde de Junqueira, com a condição da titularidade do edifício do Centro de Saúde passar para a Câmara Municipal. Estas condições foram presentes em reunião de Câmara e são do conhecimento de todos os vereadores, baseando-se nestes três pressupostos. -----

Acrescentou que é da responsabilidade da ARS - Autoridade Reguladora da Saúde, a instalação de um sistema de painéis fotovoltaicos para a qual já fizeram a candidatura. --

Frisou que tem vindo a debater-se e a exigir à ARS há bastante tempo, a instalação de um centro de diagnóstico para a realização de exames complementares de diagnóstico,

2023.11.25

no sentido de reduzir a obrigatoriedade das pessoas terem de se deslocar para fora de Vale de Cambra, criando assim, uma maior autonomia nesta área.-----

Considerou o robustecimento dos cuidados primários de saúde absolutamente fundamental devendo haver equipas que trabalhem no nosso território a fazer o que efetivamente deve ser feito, porque estão a construir uma saúde, e não exatamente o contrário, encaminhando toda a gente para os hospitais centrais, desresponsabilizando os serviços locais de saúde dos cuidados primários de saúde, porque não entende porque é que uma pessoa que tem de levar uma sutura de dois ou três pontos, tem que ir para o hospital de Santa Maria da Feira, devendo, em sua opinião, o Centro de Saúde ter equipas que fizessem esse serviço, e encaminhar somente para um hospital, quando houvesse uma situação realmente urgente ou emergente.-----

Concluindo a intervenção, disse estar prevista a afetação de três viaturas elétricas, através de um concurso aberto pela ARS Norte em que será entregue uma viatura por ano. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais: -----

A deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins disse sentir um certo incómodo, sempre que se discute a transferência de competências, porque como o Sr. Presidente referiu, vêm sempre acompanhada de pacotes financeiros que ficam muito aquém das necessidades, nunca conseguindo, assim, perceber se esses pacotes vão ser suficientes.

Deu os parabéns ao Sr. Presidente pela capacidade e pelo esforço de ter começado a negociação nos trezentos mil euros e acabar num milhão e trezentos mil euros, achando importante nestas áreas com este grau de importância, dispor de mais dados e de outro tipo de estudos para perceber o assunto, dada a sua grande complexidade. Por não ter conhecimento na área da saúde, não se sente em condições de votar, optando pela abstenção. -----

Pedindo-lhe desculpa pela menção, referiu que lhe criou alguma surpresa o Sr. Vice-



Presidente, que tem o pelouro das finanças, ter votado contra na reunião de Câmara, facto que ainda lhe criou mais dúvidas, mas sendo esta uma situação importante e uma área importante para as pessoas não votará contra, nem a favor, por não saber todas as situações financeiras que daí podem advir. -----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida comentou que leu na primeira página do jornal de notícias, o seguinte título; “Médicos que excedam o limite de exames e de medicamentos terão cortes nos salários”, não sabendo se isso é verdade ou não, considerando ser algo muito lamentável. E fez o comentário, a propósito do referido pelo Sr. Presidente no que diz respeito aos exames de diagnóstico, mas na sua opinião se cortarem os salários aos médicos do Serviço Nacional de Saúde, de facto não haverá exames ou a haver, serão poucos exames, o que é lamentável. A ser verdade esta publicação, sugeri que a bancada do PS, que discute e bem a questão do saneamento, mas como para si a questão da saúde era mais importante, recomende ao seu governo que de facto cuide da saúde dos portugueses, que não atrepele a saúde dos portugueses, a não ser que o sentido da publicação tenha como intenção haver menos pessoas, mais mortalidade e certamente que isto ficará muito mais barato para orçamento de Estado. -----

Por último, considerou que o assunto é grave demais e muito preocupante para todos os Valecambrenses e para todos os portugueses. -----

O Sr. Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que pretende dar somente duas notas. Uma a de que conversou sobre o assunto com o Sr. Vice-Presidente e que este na altura lhe manifestou o seu desconforto e obviamente, quando se trata de uma questão de consciência, não iria dizer ao Sr. Vereador e Vice-Presidente para votar a favor, para ser unânime a votação, quando ele não se revia nessa posição, sendo assim que funciona uma votação, em democracia, disse. -----

2023.11.25

A segunda nota foi sobre as negociações feitas, afirmando que tudo o que disse correspondeu efetivamente ao que foi realizado, tendo-se conseguido alterar a verba inicial que era manifestamente insuficiente, para uma verba final de um milhão e trezentos mil euros, porque esta área é uma área frágil, concordando em absoluto com o deputado municipal José Soares quando este se refere à importância do saneamento, da água, que são fundamentais para a vida, mas a saúde é muito mais importante para essa vida porque quando se perde a saúde, é quando as pessoas se lembram daquilo que é a importância da saúde e de quanta falta ela nos faz, considerando os profissionais da saúde uma âncora da sociedade, que devem trabalhar de uma forma racional e consciente na construção de um novo SNS, para que este seja, sobretudo um Serviço com qualidade.-----

Terminada a resposta do Sr. Presidente aos deputados municipais e, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação:-----

A Assembleia Municipal, com 6 abstenções dos deputados municipais, Rita Alexandra Casal, Sérgio Soares, Sónia Isabel Sá da bancada do CDS/PP e os três deputados municipais da bancada do PSD, deliberou, por maioria dos 27 membros presentes, aprovar o Auto com os condicionalismos para a outorga da transferência para o Município de Vale de Cambra, das competências na área da Saúde, no âmbito da descentralização de competências, conforme deliberação da Câmara Municipal de 03/10/2023. -----

Declaração de voto da deputada Municipal do PSD, Ana Rita Fernandes Martins: “Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, decido abster-me, dada a enorme complexidade do tema, que é uma área na qual eu não detenho conhecimento técnico, e vindo, mais uma vez um, um envelope financeiro, que dado a falta de dados e previsões, não sabemos se será o suficiente, não me sinto em condições de ter um sentido de voto positivo ou negativo.” -----



O Sr. Presidente da Mesa cumprimentou o chefe da Divisão Financeira e do Património, Rui Valente, presente na sessão para eventuais esclarecimentos técnicos na apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

3. ORÇAMENTO, PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024-2028: -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que, comparativamente com os valores do ano anterior, o orçamento apresenta um crescimento sobretudo nas áreas onde se preveem investimentos consideráveis: na área social, com o projeto das comunidades desfavorecidas, com as ações materiais e ações imateriais e na estratégia local de habitação, dependendo esta da abertura de Avisos e das oportunidades de financiamento que vierem a ser criadas no âmbito do Portugal 20 30. -----

Acrescentou que é um orçamento de continuidade, de contas certas, que prevê uma abrangência e uma diversidade de investimentos, e que também terá um reforço no início do próximo ano, especialmente nas rubricas com verbas relativamente pequenas.

De seguida deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente para efetuar a apresentação do orçamento. -----

O Sr. Vice-Presidente António Alberto Gomes cumprimentou todos os presentes e proferiu a intervenção que a seguir se transcreve: -----

"São hoje apresentados o Orçamento Municipal para 2024, o Plano Orçamental Plurianual 2024-2028 e as Grandes Opções do Plano 2024-2028. -----

Em números muito gerais, o orçamento para 2024 totaliza 26.214.583,00€, sendo que ao nível da receita corrente a mesma é de 18.156.872,00€, a receita de capital é de 8.057.711,00€, a despesa corrente é de 16.128.844,00€ e a despesa de capital cifra-se em 9.302.689,00€, com uma despesa não efetiva de 783.050,00€. -----

2023.11.25

Face ao panorama sócio-político nacional e internacional, com a inflação a continuar a fazer-se sentir de forma desgastante (e com a assunção de competências nas áreas da educação, da ação social e agora também na saúde), é importante ter presente que o impacto do aumento dos custos com recursos humanos face ao orçamento inicial de 2023 ultrapassa os 800.000,00€.

No entanto, importa também notar que há um aumento de investimento previsível face ao início de 2023, com uma diferença que ultrapassa os 5 milhões de euros, o que é revelador do trabalho desta Câmara no sentido do crescimento e desenvolvimento municipal. A este nível, destacam-se investimentos de mais de 2 milhões de euros na Estratégia Local de Habitação, 1 milhão e 200 mil euros para o Programa de apoio às Comunidades Desfavorecidas, 1 milhão e 300 mil euros na intervenção de edifícios dedicados à Saúde, 815 mil euros na melhoria da infraestrutura de transporte público e 636 mil euros na requalificação do Bar da Praia Fluvial de Burgães.

Há que reconhecer também que o orçamento municipal inicial volta a estar fortemente condicionado pela impossibilidade legal de incorporação imediata do saldo de gerência. O seu já habitual valor elevado, que significará uma percentagem que rondará os 30% do orçamento inicial, condiciona a inclusão de novos investimentos. Prevê-se que esta situação seja ultrapassada logo na sequência da realização da primeira sessão de Assembleia Municipal ordinária (fevereiro de 2024).

Assim, e apesar de todas as dificuldades, continuamos a acreditar que a nossa estratégia é a correta, e defendemos este orçamento como sendo o inicial, sendo certo que, e assumimos-lo sem subterfúgios, incorporaremos ainda mais ações a desenvolver em 2024 e anos seguintes logo no 2.º mês da sua execução. Isto sempre tendo em vista as necessidades e os anseios das nossas gentes, que tudo merecem.

De seguida passou para a apresentação do orçamento através de projeção na tela de gráficos e textos informativos.



Concluída a apresentação agradeceu a atenção de todos os presentes, disponibilizando-se para eventuais esclarecimentos.-----

De seguida foi iniciado um período de debate do orçamento apresentado, tendo o Sr. Presidente da Mesa dado a palavra aos deputados municipais, pela ordem da sua inscrição:-----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida referiu que na perspetiva da bancada do CDS/PP, o orçamento para 2024 tem cinco condicionantes fundamentais:-----

A primeira tem a ver com as transferências de competências, as quais criam sempre alguma incerteza em algumas despesas adicionais que possam surgir, como se verifica no caso da educação.-----

A segunda condicionante tem a ver com a inflação, que atingiu níveis que já não se viam há muitos anos e que vai aumentando muitas das despesas que ocorrem.-----

A terceira tem a ver também com as taxas de juro, e de acordo com aquilo que está previsto para o próximo ano, uma variação de 1% na taxa de juro representará um aumento de encargos para o Município, de cerca de setenta mil euros, este ano representou cerca de oitenta mil euros.-----

A quarta condicionante tem a ver com a dificuldade que há na execução dos trabalhos. Disse que quando um particular escolhe o empreiteiro é uma coisa a nível particular, diferente da escolha através da contratação pública, onde há outros critérios a que se tem de subordinar a consulta que, muitas vezes, termina com grandes derrapagens em relação ao inicialmente previsto.-----

A quinta condicionante tem a ver com a incerteza no futuro, e incerteza no aspeto geopolítico, que tem consequências nos custos, nomeadamente conflitos bélicos que geram diferentes preços tanto do petróleo, como do alcatrão, materiais que influenciam os custos finais das obras; a incerteza no futuro, a nível económico, a nível da nossa

2023.11.25

política nacional, como o provocado pela dissolução da Assembleia da República, significando isto tudo alguma incerteza política. A nível autárquico deu o exemplo do IUC, que é um imposto municipal, em que existe a incerteza porque não se sabe se vai ou não ser alterado. -----

Perante estas condicionantes, a bancada do CDS/PP entende que o orçamento deve ser um orçamento prudente, que tenha segurança e responsabilidade, para que seja possível garantir a sustentabilidade económica e financeira do Município e que se apresenta para aprovação um orçamento de 26 milhões de euros, que tem uma receita corrente de 18.1 milhões de euros e uma despesa corrente de 16.1 milhões de euros, existindo um saldo corrente de 2 milhões de euros, que poderá ser transferido para despesas de investimento, relembrando que no orçamento de 2023 este saldo era 3,4 milhões de euros e foi diminuindo para 2 milhões, fundamentalmente por razões que se prendem com a inflação, que vai absorvendo parte dessas receitas. As despesas sobem muito com a inflação, ao contrário das receitas, verificando-se a tendência de diminuição do saldo num contexto inflacionário, mas se a este saldo corrente forem somados os 8 milhões de receitas de capital, dá um valor de 10 milhões de euros, e como tinha sido dito pelo Sr. Vice-Presidente, nove milhões e trezentos mil euros serão aplicados em bens de capital, em investimento, e os outros setecentos e oitenta e três mil euros serão aplicados em amortizações de dívida bancária. -----

Salientou a nível das despesas a importância que é atribuída às áreas social e da educação, considerando a educação também uma área social, realçou dois grandes projetos, um deles da estratégia local de habitação, que tem previsto para 2024 uma aplicação de 2.3 milhões de euros, sendo quinhentos mil de euros do orçamento municipal e um milhão e oitocentos mil euros de financiamento comunitário. Também referiu que além desses 2.3 milhões que estão previstos para 2024, estão previstos no plano plurianual mais 3.7 milhões para 2025. Disse justificar-se que seja centrada uma



parte significativa do investimento da Câmara Municipal na área da habitação, considerada prioritária não só no país, mas também em toda a Europa. -----

Referiu-se a outro projeto importante na área social, o plano de ação integrada para as comunidades desfavorecidas, que tem uma aplicação em 2024 de 1.7 milhões de euros, sendo 1.5 milhões de financiamento comunitário, já com uma previsão de despesa de seiscentos e setenta mil euros para os anos de 2025 e 2026.-----

Falou ainda de outra despesa, considerada corrente, como investimento feito na educação, que muitas vezes é invisível para a maior parte das pessoas, mas não deixa de ser importante e se traduz na atribuição de bolsas de estudo, atribuição de livros, kits de material escolar, o apoio ao ATL, apoio este, muito importante para as famílias do concelho, para quem tem filhos, contribuindo para atrair população para Vale de Cambra e, comparando este concelho com outros, constatou que há famílias que não tem estes direitos e regalias que são concedidos no “nosso” concelho. A exemplo de apoio à família, disse que a verba destinada à alimentação escolar se situa nos setecentos e oitenta e três mil euros, verba que cresceu, também pela influência da inflação, tendo o executivo da Câmara pugnado para que seja uma alimentação de qualidade, considerando que aquilo que tem sido feito na área de educação, tem qualidade. -----

Assistiu à inauguração das obras de requalificação da escola de Vila Chã tendo verificado a qualidade da construção da escola e do equipamento com a qual esta está dotada, notando uma enorme satisfação na maior parte dos pais dos alunos que lá estavam, bem como dos professores, devendo-se apostar, em sua opinião, na juventude e nos jovens. -----

Considerou importante salientar, do lado da receita outros aspetos sociais, como os preços da água que se situam no nível mais baixo da Área Metropolitana do Porto, e que as taxas dos impostos se mantiveram, como a taxa de IMI que é a mínima, além dos

2023.11.25

benefícios familiares e do apoio social que constantemente é atribuído às famílias do concelho. -----

Conforme foi anunciado na imprensa, as medidas de restrição à prescrição para a realização de exames médicos, em seu entendimento, provavelmente será uma situação que poderá obrigar a Câmara Municipal a ter de ajudar algumas pessoas mais desfavorecidas na obtenção desses exames. -----

Mais disse que o orçamento prevê a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, pois no princípio do ano o Município tinha uma dívida bancária de 7.451 milhões de euros, e com a amortização prevista de setecentos e oitenta e três mil euros, chega ao final do ano com cerca de seis milhões e seiscentos mil euros, sendo particularmente importante ter uma dívida baixa, numa altura em que as taxas de juro têm os valores elevados. Trata-se de um orçamento equilibrado e, tendo falado do equilíbrio corrente, considerou importante falar também do equilíbrio orçamental e, segundo a lei das finanças locais, regista-se um superávit de 1.3 milhões de euros, existem receitas correntes de 18 milhões que superam as despesas de capital de 16 milhões, mais amortizações médias que são de 782,e portanto garante o cumprimento com o equilíbrio orçamental que está previsto na lei das finanças locais. -----

Terminou dizendo que existe um princípio orçamental que considera fundamental e sagrado, que é o princípio da equidade intergeracional, verificando neste Orçamento que os compromissos orçamentais estão assumidos e as responsabilidades contingentes não vão onerar as gerações futuras, tendo, por isso, o seu voto favorável. -----

O deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva agradeceu ao vereador António Alberto Gomes a explicação do orçamento e também ao deputado municipal, José Soares, pela sua explanação do orçamento em termos numéricos, não concordando, em termos políticos, com algumas coisas. -----

Recordou que tem que ser coerente com as suas intervenções, e que no ano passado



2023.11.25

ATA N.º 5/23

FL. N.º 27

parabenizou o Presidente da Junta da Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Soares, por este ter conseguido finalmente a construção da Alameda da N.ª Sr.ª da Saúde, em São Pedro de Castelões, conforme verba do orçamento, no valor de seiscentos mil euros, verificando que no próximo ano a verba se reduz a apenas cinquenta euros, perguntando se esta Alameda vai ou não ser feita, sendo essa a sua grande preocupação, porque lhe pareceu haver um retrocesso, relativamente a uma obra importante não só para as gentes de São Pedro de Castelões, mas também para quem visita o Santuário de Nossa Senhora da Saúde, sendo este local um cartão de visita importante no turismo do concelho, que ficou contemplado no estudo feito no âmbito do desenvolvimento da área do turismo, que custou setenta mil euros ao município, onde consta exatamente a importância deste Santuário. -----

De forma direta e objetiva, disse não concordar com algumas das estratégias, por exemplo, em relação às obras de qualificação no largo da feira, obras das quais falou no início do mandato, lembrando que há 30 anos que aquele piso não é requalificado, considerando a feira quinzenal, um mecanismo importante para que os mais velhos e para as pessoas do interior de Vale de Cambra, que a escolhem para fazer as suas compras, não tendo verificado nenhum investimento nessa área, que devia ser também contemplada no orçamento. -----

Classificou de “poucochinho” o investimento na água e no saneamento, referindo que não há uma linha ou uma orientação que lhe permita dizer que o concelho está a caminhar para um investimento firme, objetivo, paulatino, gradual, para que todas as casas do Município possam ter água e saneamento, sendo para si uma preocupação, porque, na sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara tocou num ponto fundamental, o da saúde, e como grande parte do corpo humano é água e a água está na base da saúde, considerando este, um facto, a água que todos bebem corresponder à saúde que todos têm. -----

2023.11.25

Resumindo, disse, a água potável e o saneamento são sempre uma prioridade. No seguimento do referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, disse realmente ser importante haver uma alternativa para as pessoas que não têm saneamento, dizendo que não quer defender ou desculpar de forma alguma as pessoas que despejam os esgotos para a rede pública de águas pluviais, mas constatou que é difícil encontrar nos dias de hoje, pessoas que façam esse serviço de limpeza das fossas, dizendo que, em Vale de Cambra, contactou quatro pessoas e nenhuma se mostrou disponível para fazer o serviço, por não saber onde descarregar ou como descarregar, pelo que encontrou quem o fizesse no concelho vizinho, Oliveira de Azeméis, tal como aconteceu em relação ao fornecimento de água, cuja solução veio também do concelho de Oliveira de Azeméis, considerando que esta situação tem que ser resolvida, devendo estar contemplada numa estratégia global e ficar claramente bem frisada na área da água e do saneamento. -----

Referindo-se às escolas, disse que as mesmas não são só paredes e portas, sendo muito mais do que isso, e que para essas, devia ser feita uma aposta de forma firme e objetiva. Sendo assim, e no seguimento da questão da alimentação, já abordada pelo deputado municipal José Soares, disse não ser verdade, por conhecimento próprio, que a alimentação é a melhor nas escolas, pois tem três filhos que estudam em escolas diferentes, e já expressou a sua preocupação à Sr.^a vereadora do pelouro da educação, que se mostrou sensível em relação a essa questão, prometendo-lhe ir analisar a situação, porque de facto não existe de momento a melhor alimentação nas escolas, considerando a questão fundamental, do ponto de vista educativo e social, visto que há famílias carenciadas, sendo para muitas delas, a única refeição digna que as suas crianças têm no dia. -----

Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o investimento de 1,7 milhões de euros nas famílias das comunidades desfavorecidas, porque não percebeu muito



bem a quem é que se destina esse investimento, quais são os pressupostos e o que é que está a ser feito para evitarem eventuais abusos, à semelhança do que aconteceu na década de noventa, do ponto de vista da habitação social. -----

A deputada municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro após terem analisado o Plano Orçamental e Plurianual e as Grandes Opções do Plano, documentos agora apresentados e tal como têm vindo a fazer neste dois últimos anos, a sua bancada pretende saber o seguinte: -----

Sobre a Zona Industrial de Algeriz que consta neste documento desde 2018, são previstos duzentos euros para 2024, tal como tinha para 2023 e, tendo em conta que este valor é meramente simbólico para a abertura da rubrica, continuando esta sem um valor que determine a análise e a prospeção, perguntou ao Sr. Presidente se é assim que pretende assegurar a retenção e a criação de riqueza no concelho de Vale de Cambra; ---

Sobre o tema água e saneamento, uma questão de saúde pública, disse que continuam sem nenhum cronograma e, não querendo de todo uma fraca execução, porque falam num valor de 2763 em 2023, executado, o que se torna num problema de saúde pública; Relativamente à cultura, através dos cento e cinquenta mil euros que existem no orçamento, não consegue, a bancada do PS, vislumbrar qual a estratégia municipal, pois o que verificaram é que as rubricas que foram abertas tem valores insignificantes e não correspondem aos gastos de 2023. -----

Sobre o turismo, o valor estipulado para Vale de Cambra, é de cerca de duzentos e setenta e oito mil euros; Vale de Cambra possui várias infraestruturas para serem dinamizadas, como por exemplo, a casa da Tulha, o Centro Interpretativo da Serra da Freita, a Loja do turismo, e por isso perguntou, onde está o planeamento; -----

Manifestou-se preocupada, tal como a sua bancada, dado que têm vindo a assistir a uma baixa execução orçamental e a uma grande cativação, considerando que mais importante que reforçar é preciso executar o orçamento. -----

2023.11.25

A deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins disse que o orçamento tem várias rubricas sub orçamentadas, e como foi falado, percebeu que incorporando o saldo de gerência em fevereiro de 2024, aí sim podem discutir o orçamento, pois agora verifica a existência de várias rubricas abertas com valores irrisórios, sendo esse saldo de gerência, ano após ano, que vai dar estrutura a cada rubrica sub orçamentada, havendo, em seu entendimento, alguma ineficiência por parte do executivo, porque quando vão analisar no final, normalmente no ano a seguir, em abril, a nível de prestação de contas tem havido sempre baixas taxas de execução, e isso depois vai-se repercutindo no saldo de gerência. -----

Frisou que, pela sua análise, a dívida baixou, mas foi pouco, e que a dívida líquida é que baixou mais, mas a dívida líquida baixou porque não há investimento, que é esse dinheiro cativo. -----

Face à exposição do Sr. Vice-Presidente, verificou que os encargos com o pessoal começam a ter um grande peso, 30%, o que faz com que esses encargos fixos comecem também, todos eles, a ter um impacto significativo no “bolo” total, o que não é a melhor das situações; no resumo do orçamento e face ao plano orçamental plurianual, verifica-se que em 2025, 2026, 2027 há uma progressiva redução da receita fiscal, talvez por falta de futuras candidaturas para investimento, não sabe se há planeamento, se há um pensamento de projeção para o futuro ou se, tratando-se de um fim de ciclo, não valerá a pena estar a projetar mais.-----

Em relação às rubricas que têm valores irrisórios, referiu que elas são importantes, havendo cinquenta euros para o Museu da Indústria dos Lacticínios, uma promessa do executivo CDS de 2013, há 10 anos, achando triste a rubrica ter só cinquenta euros.-----

Para si, as festas de Santo António são sempre um marco muito importante que o executivo gosta de lembrar, por fazer parte da “nossa” cultura, tem cinquenta mil euros, valor que acha insuficiente. -----



Com a verba de dezasseis mil euros surge o Centro Interpretativo da Freita, que estando pronto desde 2021, continua por abrir, considerando uma perda, este Centro estar nesta situação, pedindo um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, bem como relativamente aos cinquenta mil euros para a Alameda da Sr.ª da Saúde, que no ano passado tinha a verba de seiscentos mil euros. -----

Em sua opinião, também não são suficientes os valores para água e saneamento; sobre o turismo, tendo em conta a verba prevista, não acredita que seja uma estratégia do executivo, que seja uma aposta verdadeira.-----

Quanto às zonas industriais referiu que passaram dez anos sem se verificar alterações nas mesmas e que os empresários saem de Vale de Cambra porque não têm por onde crescer, verificando, mais uma vez, um valor que não considera suficiente, para aumentar a capacidade de fixar as empresas. -----

Quanto à questão da litigância dos processos, algo por si abordado várias vezes, disse que, somando o valor de todos, dá dois milhões e seiscentos e sessenta mil euros, e que poderia haver alguma prudência, já que o executivo tem um orçamento de prudência, deveria ter uma rubrica onde tivesse 20% deste valor, no caso de perder todos os processos. -----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida pediu a palavra para esclarecer a deputada municipal Ana Rita Martins, dizendo que na sua intervenção se referiu à dívida bruta, que no início do próximo ano e no fim deste ano, ficará em cerca de sete milhões e quatrocentos mil euros e quando afirmou que a amortização foi rápida, foi porque a Câmara Municipal vai amortizar setecentos e oitenta e dois mil euros, e isto significa 10,4% do valor deste saldo de dívida. -----

Informou que a Câmara Municipal tem oito financiamentos em curso, dos oito financiamentos, seis deles têm prazo de vinte anos (há um que tem um prazo de catorze e há outro que tem um prazo de quinze); vinte anos, mesmo partindo do princípio, em

2023.11.25

média, que o período de carência, que é de dois anos, eles amortizam-se em 18 anos; se dividir o capital (porque são prestações fixas) em dezoito anos, dá uma taxa média de 5,5% ou seja, se a Câmara está a amortizar 10,4% da dívida, significa que é uma velocidade quase o dobro daquela que seria a velocidade média de amortização dos financiamentos. -----

Relativamente à questão dos saldos orçamentais e ao valor que figura nas disponibilidades, disse que a dívida líquida é negativa porque as disponibilidades são superiores ao endividamento bruto, e que, sobre isso, como há oito milhões de uns anos para os outros, é natural que fique na ideia das pessoas que a Câmara todos os anos deixa oito milhões de parte, que não consegue executar, e não é isso; se o que passa de um ano para o outro é sempre o mesmo valor, significa que oito milhões que num ano ficaram para trás e que agora se estão a executar tudo aquilo que é o valor que se projeta executar em cada um dos anos, porque esse valor não aumentou. -----

O deputado municipal e Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho Manuel Correia de Campos disse ter verificado um aumento de pessoal na Câmara Municipal, questionando se os Serviços da Câmara Municipal estariam a funcionar melhor, frisando que, em sua opinião estes até não ganhavam muito. -----

Salientou que em 2014 ou 2015 foi aprovada na Assembleia Municipal, uma verba para a União de Freguesias destinada à construção do Centro Cívico em Vila Chã, que era a única freguesia que não tinha sede própria. De facto, em 2021 começaram as obras que tinham sido prometidas em 2013, houve uma parte da verba que foi dada à União de freguesias, mas como houve um atraso, ao qual é alheio, o preço para a conclusão da obra subiu 50%, pelo que enviou um ofício para a Câmara Municipal a solicitar se ainda estava essa verba disponível para a Junta acabar a obra, que só custa seiscentos mil euros para uma Junta de Freguesia, e não obteve resposta. -----



Afirmou, com todo orgulho, que a palavra dada é palavra honrada, e gostava que todos os que deram a sua palavra que honrassem o seu compromisso. -----

Informou que a obra está quase pronta e, em dezembro, o empreiteiro lhe pediu se podia concluir o pouco que falta nas duas primeiras semanas de janeiro, sendo certo que a verba para essas obras está no Banco para fazer o pagamento, não gosta de ficar a dever nada a ninguém, mas deixa a pergunta se se honra a palavra ou não. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que começou por responder às questões do deputado municipal João Carvalho da Silva, dizendo que já foi explicado que algumas rubricas têm uma verba residual e será feito um reforço no início do próximo ano e que em relação à Alameda da Senhora da Saúde, a obra teve problemas, vicissitudes que estão quase todas ultrapassadas, e que, brevemente estarão em condições de poder avançar. -----

Sobre o largo da feira e a envolvente do mercado têm vindo a ser alvo de algumas requalificações; iniciou-se com a requalificação do mercado e da envolvente ao mercado, porta principal da feira, concordando que efetivamente o terrado da feira precisa de uma intervenção cuja requalificação tem de ser estudada de forma a **refuncionalizar todo o espaço.** -----

Sobre a rede de água e do saneamento e o investimento firme, percebeu o que é um investimento firme na teoria, mas na prática é mais difícil fazer o investimento firme, como referiu o deputado municipal disse, porque a Câmara Municipal tem feito investimentos em água, em saneamento, em requalificação da rede, em expansão da rede, dentro daquilo que é possível que se faça, não podendo ir além das suas possibilidades, sendo um assunto que, obviamente, continuará a ser abordado, recalcado, mas para o qual é difícil encontrar uma resposta firme e uma resposta robusta. -----

Sobre o comentário de que as escolas não são só paredes e portas, efetivamente não o

2023.11.25

são, são mais do que isso, são alunos, são pais, são professores, são auxiliares, são programas, são ações e tudo aquilo que a Câmara Municipal tem feito para a educação, tem sido um trabalho notável, na multiplicidade da oferta que fazem às crianças e às famílias, e a seu ver Vale de Cambra deve orgulhar-se desse trabalho que se faz a nível da comunidade escolar.-----

Ficou surpreendido por ser a primeira vez que ouviu falar que a alimentação não é boa nas escolas, e pedindo ao deputado municipal para lhe reportar pessoalmente, caso queira, em que é que a alimentação não é boa, porque em sua opinião ela tem que ser boa, porque tem sido essa a sua grande preocupação. -----

Explicou que o programa do PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas já foi apresentado e discutido em todas as freguesias, de forma pública e tem várias intervenções junto das comunidades desfavorecidas, nos jovens que têm menos apoio, menos retaguarda, nos idosos que estão mais isolados, nas famílias mais disfuncionais na questão da saúde mental, vertente muito importante que preocupa a todos, preocupa Vale de Cambra mas preocupa também a sociedade portuguesa; engloba também ações materiais que tem a ver com as casas da comunidade, que é aquele espaço que vai ser feito em Junqueira, com o qual não concorda e ainda outro em Macieira de Cambra e outro no centro da cidade, projetos que existem, podem ser consultados, bastando solicitar à Sr^a. Vereadora do pelouro, que tem tudo esquematizado em termos de programa e em termos de ações. -----

Em resposta à deputada municipal Ana Raquel Pinheiro, sobre a Zona Industrial de Algeriz, disse que o processo continua em curso, apesar de um revés que foi a não concordância de dois ou três proprietários, tendo a Câmara Municipal de abrir um processo de expropriação para a respetiva posse administrativa dos terrenos. -----

Admitiu que a verba para a cultura efetivamente é mais curta, que a terá de aumentar no próximo ano, dado que é expectável a entrada em funcionamento do Centro de



Artes e Espetáculos e respetivo Programa e colocação em prática do Plano Cultural para o Município, apesar desta ser uma questão que adjetiva de “um pau de dois bicos”, pois se houver pouco dinheiro para a cultura, reclama-se e se houver muito dinheiro para a cultura, também se reclama por se gastar muito dinheiro em festas e festinhas porque é tudo visto por esse prisma, não havendo depois, como dizem, para investir em redes de água e saneamento, sendo certo que o dinheiro do Município é sempre o mesmo. Disse defender uma boa aposta na cultura, uma boa aposta no turismo, como sempre assumiu, mas que tudo tem um preço, que cada vez é mais alto, tendo o Município de investir de forma segura e consistente, no sentido de a médio prazo se obterem resultados. -----

Em resposta à questão colocada pela deputada municipal Ana Rita Martins acerca dos encargos com o pessoal, concordou que efetivamente os encargos estão a subir, dado que no Mapa de Pessoal de há dois anos, haviam duzentos e poucos trabalhadores, e atualmente tem mais de trezentos, pois com a descentralização entraram cerca de mais cem trabalhadores, vindos das escolas, esperando-se ainda outro aumento com os trabalhadores provindos da descentralização na área da saúde, tratando-se de um crescimento que não foi uma opção do executivo, mas fruto da descentralização que envolve o aspeto financeiro que tem de ser contabilizado no orçamento, com os acréscimos financeiros, atualizações salariais, derivadas da evolução dos salários. -----

Quanto ao comentário de que estamos em fim de ciclo, e de que não valia a pena projetar mais, respondeu que se passa o contrário, continuando a Câmara Municipal a projetar imenso, fazendo projetos em variadíssimas áreas e frentes apesar da dificuldade orçamental da qual pode testemunhar o chefe da Divisão Financeira, face ao seu constante pedido de informação acerca da disponibilidade orçamental para novos projetos, que muitas vezes não são executados em tempo útil porque não há cabimento, não há verba, e por isso, não se podem comparar os procedimentos no setor

2023.11.25

público que são diferente dos do setor privado. -----

Concorda que realmente o Centro Interpretativo da Serra da Freita já devia estar aberto, mas a sua abertura dependia da existência pessoas que lá possam desempenhar as funções, tendo já sido colocada a concurso a admissão de colaborador para que aquele espaço possa funcionar posteriormente à sua admissão, não só com uma pessoa, dada a sua localização, contudo, o seu funcionamento que tem de ser equacionado e quando abrir, tem que abrir bem e com uma resposta verdadeiramente adequada. -----

Concordou com o Sr. Presidente da União de Freguesias, quando este disse que a verba com o pessoal estava a aumentar, cuja razão já tinha esclarecido; sobre a questão do Centro Cívico de Vila Chã, respondeu que a Câmara Municipal cedeu terreno, elaborou o projeto de arquitetura e tem dado toda a colaboração necessária e imprescindível e, também já atribuiu um apoio financeiro à semelhança do que tinha feito com outras freguesias nas mesmas circunstâncias; mais disse ter conhecimento que o Sr. Presidente da União de Freguesias fez um pedido suplementar de apoio, o qual terá resposta, logo que possível. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva que disse pretender fazer uma intervenção complementar.-----

Respondendo às palavras do Sr. Presidente da Câmara quanto à sua intervenção, disse que aquele tinha a particularidade de tentar dizer aquilo que não tinha dito, porque quando falaram em investimento na cultura, o Sr. Presidente afirmou que deviam ter em atenção que o CAE, o Centro de Artes e Espetáculos é caríssimo, o plano cultural vai ficar caro, e que depois não devem vir reclamar, que fica caro. Quanto a isso tem a dizer que o Centro de Artes e Espetáculos foi comprado e projetado pelo Sr. Presidente, o plano da cultura vai ser feito por este, vai ser aberto por este, sendo todos os problemas da sua responsabilidade, pois não se lembra em nenhum momento de lhe ter pedido para comprar o cinema, portanto é um projeto deste, acrescentando que se lhe



tivessem perguntado, na altura, qual era o seu projeto para a cultura de Vale de Cambra, teria um projeto diferente do dele, por isso é que se candidatou contra a sua candidatura, se tivesse um projeto igual, se calhar estaria do seu lado, mas de facto não concorda com a imagem que o Sr. Presidente tentou passar, dizendo "vocês tenham cuidado, que vai ficar caríssimo e depois não venham reclamar que é muito dinheiro". Em sua opinião, se o dinheiro for usado na cultura de forma consciente, nunca é dinheiro mal gasto, tem é que ser bem gasto, bem programado e tem que ser ao gosto da população, pois são as pessoas que fazem o cartaz e fazem as festas. Exemplificando, falou que a feira da castanha não é uma festa ou uma festinha, é uma festa importantíssima do Município de promoção de um produto da nossa terra, podendo haver pessoas que acham que é uma festinha, mas para si não é, porque entende que se houvessem mais festas e festinhas como a que referiu, o nosso território estava muito melhor e teríamos um potencial económico muito maior. Disse ter um autarca na sua bancada que participa em imensos fóruns relacionados com essa área, e estava realmente satisfeito porque, de facto, é um evento cultural que, comparado com outros investimentos, nem é muito caro e, de facto, promove aquilo que se faz de bem na terra e recorda-se do referido pelo Sr. Presidente, quando falou e bem na apresentação, que está presente desde o ano em que ele próprio nasceu, a defender o vinho e a castanha, frisando este que se foi no ano em que nasceu, que o Sr. Presidente começou a pensar nisso, já teve tempo suficiente para apresentar um plano cultural, afirmando que a sua bancada, e para que ficasse claro, não é contra nenhum tipo de investimento, porque não foram eles que construíram o CAE, mas sim o Sr. Presidente. -----

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra, 4 da bancada do PS, 3 da bancada do PSD e 1 abstenção do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Campos, deliberou, por maioria dos 27 membros presentes, aprovar o Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes

2023.11.25

Opções do Plano 2024-2028, e emitir a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das Normas de execução do orçamento municipal para 2024, conforme deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2023. -----

Declaração de voto da deputada Municipal do PSD, Ana Rita Fernandes Martins: “Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, decido votar contra a proposta do Executivo Municipal, uma vez que, considero que à semelhança dos 2 últimos anos anteriores, este orçamento reflete simplesmente a gestão corrente, do dia-a-dia, sem grandes e estruturantes opções de investimento, capazes de fixar no nosso concelho pessoas e empresas. O aumento significativo da despesa corrente aproximando-se, de forma indesejável, da receita corrente e a previsão de uma redução gradual e significativa da receita de capital ao longo dos próximos 4 anos, refletido no Plano orçamental plurianual, são fatores bem evidentes do acima referido.” -----

Declaração de voto da bancada do PS, apresentada pela deputada municipal, Ana Raquel Pinheiro: “Votaremos favoravelmente um Orçamento quando este executivo conseguir responder a esta pergunta: «Como vamos garantir o desenvolvimento social e económico do nosso concelho com o orçamento?» Até lá, por termos sérias dúvidas sobre a sustentabilidade financeira da autarquia, votamos contra. Temos que apostar em crescimento, em desenvolvimento, temos que apostar nas pessoas e nas instituições e forças vivas da nossa terra. Não é isso que consta no orçamento.” -----

Declaração de voto favorável do deputado municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra Victor de Sousa Tavares: “Estou ciente dos reduzidos recursos das freguesias, e é só com um olhar atento e consciente da Câmara Municipal, é que a obra e o desenvolvimento acontecem. -----

Tive a oportunidade de transmitir à Câmara Municipal as necessidades mais prementes para a freguesia de Macieira de Cambra, na esperança de um orçamento atento e



consciente para esta freguesia, por isso, votei a favor do orçamento.”-----

Ausentou-se por breves momentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, delegando a representação da Câmara Municipal, no Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Alberto Gomes. -----

4. MAPA DE PESSOAL PARA 2024: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente António Alberto Almeida de Matos Gomes para fazer a apresentação do ponto, dizendo este que o presente Mapa de Pessoal que não cria novos lugares, que se mantém o existente em 2023 e que corresponde à orgânica existente, e está vertido no orçamento que foi aprovado anteriormente. -----

De seguida o Sr. Presidente da Mesa abriu um período de intervenções: -----

O deputado municipal e Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho Manuel Correia de Campos disse ser a terceira vez que intervém, em 18 anos de exercício destas funções e o faz porque quer deixar a sua opinião sobre o Mapa de Pessoal, onde constatou haver um grande aumento, questionando o seguinte: “se o pessoal existente fosse melhor aproveitado, não se evitaria muito dinheiro em salários?” -----

Mais disse que um trabalhador por muito pouco que ganhe, ao valor tem que se acrescentar 60 a 75% acima do que este ganha, isto é, para a Câmara Municipal, se for numa empresa, tem que se acrescentar cerca de 90% no salário, por isso, o pessoal fica muito caro, achando que se o este fosse bem aproveitado e cumprisse os horários, que a Câmara Municipal chegava ao fim do ano e economizava milhares de euros, para investir em serviços necessários para a população. -----

Regressou à sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, assumindo a representação da Câmara Municipal. -----

Ausentou-se da sessão por breves momentos, o deputado municipal Manuel

2023.11.25

Domingos Almeida. -----

A deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins afirmou não ser contra a contratação, se for para fazer face a necessidades, percebendo que os chefes de divisão estejam sempre a pedir técnicos e colaboradores para fazer face ao serviço que superintendem. No entanto, como já referiu, ter mais de trezentas pessoas empregadas numa Câmara Municipal, começa a ser um peso significativo, apesar destas serem consequência da delegação de competências e não se poder fazer nada. Contudo, disse ter de manifestar a sua preocupação em termos de contas da Câmara Municipal, e sabe que o Sr. Presidente tem perfeita noção, como bem disse, que no ano passado “eram sete e agora são oito” ou seja, ele próprio também se preocupa, frisando que não estava a falar contra a sua gestão dos recursos humanos, apenas que estes tinham um peso significativo e, dado o valor que tem sido gasto em serviços especializados, que se poderia fazer um estudo referente à contratação, como base para não se basearem somente nas necessidades que os chefes de divisão apresentam, apesar de saber que certamente não pedem o que não necessitam, mas que se sentiria mais segura, se houvesse um estudo sobre este assunto, pois na questão dos recursos da Câmara, poderia ter-se em conta uma possibilidade de mobilidade de recursos, como uma opção para colmatar as necessidades. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, dado ter sido substituído neste curto espaço de tempo, sugeriu que a resposta fosse dada pelo **Sr. Vice-Presidente, a quem deu a palavra:** -----

O Sr. Vice-Presidente António Alberto Gomes respondendo aos deputados municipais, Manuel Campos e Ana Rita Martins, afirmou que o Mapa de Pessoal não prevê aumento de pessoal em 2024, nem vai haver nova contratação com base neste Mapa porque as chefias já tinham manifestado as suas necessidades de pessoal em 2022/23, tendo sido feitos os correspondentes procedimentos, advindo os aumentos em termos financeiros



dos aumentos que o Governo tem feito, como o do salário mínimo, da legislação que implica progressões nas carreiras e ainda o aumento de pessoal na sequência da transferência de competências na área da saúde.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação. ---

A Assembleia Municipal, com 5 votos contra, 1 da deputada municipal do PSD, Ana Rita Martins e 4 da bancada do PS, com 3 abstenções, 2 dos deputados municipais do PSD, João Carvalho da Silva e Daniel Barbosa e 1 do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Campos, deliberou, por maioria dos 26 membros presentes, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2024, conforme deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2023. -----

Declaração de voto da deputada Municipal do PSD, Ana Rita Fernandes Martins: Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, decido votar contra a proposta do Executivo Municipal de ao Mapa de Pessoal, uma vez que, apesar de não ser contra contratação de pessoal para fazer face às necessidades existentes, não deixo de considerar que é essencial igualmente preciso um estudo para analisar o mesmo, pois atualmente a despesa com o pessoal representa cerca de 30% da despesa efetiva, um peso muito significativo. Para além de futuramente, ser necessário alterar o documento em discussão, face a novas conjunturas. -----

Declaração de voto da bancada do PS, apresentada pela deputada municipal, Ana Raquel Pinheiro: “Não conseguindo entender a estratégia municipal do CDS/PP de Vale de Cambra, não conseguimos votar favoravelmente o Mapa de Pessoal. O Mapa de Pessoal deve ter em conta a previsibilidade de saída de pessoas dos quadros, por aposentação, e sinalizar uma atempada renovação dos mesmos, deve ser um mecanismo de opções políticas de incentivo e de aposta estratégica no futuro. Como não conseguimos aferir nada disto, votamos contra. -----

Regressou à sessão, o deputado municipal Manuel Domingos Fernandes de Almeida.

2023.11.25

5. ATRIBUIÇÃO DAS MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, À BANDA MUSICAL FLOR DA MOCIDADE JUNQUEIRENSE E À SOCIEDADE ARTÍSTICA - BANDA DE VALE DE CAMBRA: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, referindo este, que o presente reconhecimento a estas duas importantes instituições do concelho de Vale de Cambra, a Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense e a Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra, se justifica porque em sua opinião, estas fazem um trabalho notável, são ambas centenárias, têm um papel relevante na dinamização cultural do Município e uma grande importância na formação de homens e de mulheres, essencialmente jovens, que as compõem e são uns excelentes executantes, sendo, pela sua relevância e pela sua importância, de inteira justiça a atribuição a cada Banda, da medalha de mérito municipal - grau ouro, por ser este tipo de medalha a que se adequa a esse tipo de instituições. -----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida disse ter sido a melhor forma do Município agradecer às duas instituições centenárias, por tudo aquilo que elas têm feito pelo concelho, na sua divulgação por todo o país, divulgação essa que deixa sempre o concelho honrado, que o prestigia, especificamente o nome da freguesia de Junqueira. -----

Referiu que ambas têm escolas de música com jovens, e que um povo só preserva a sua identidade se apostar na cultura, e quanto às duas Bandas, uma já viveu em três séculos, no século XIX, século XX, e vive agora no século XXI, e a outra século XX e XXI, e a soma da idade das duas dá duzentos e trinta e tal anos, sendo notável a persistência que essa gente tem tido na divulgação do concelho e no apoio ao seu povo e à sua juventude. -----

Terminou dizendo que é com muito gosto que a bancada do CDS honra essas duas instituições com tão importante distinção. -----



O deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva afirmou que a sua bancada iria votar favoravelmente a proposta de atribuição de duas medalhas de mérito - grau ouro às duas Bandas do Município, mas pretende fazer um esclarecimento político. -----

Começou por dizer que havia uma proposta de atribuição da Medalha de ouro à Banda Flor da Mocidade Junqueirense, e depois apareceu uma proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para atribuir duas medalhas diferentes às duas Bandas. Sobre a questão, por uma questão de princípio e não de cor de quem propõe, pretende dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que na sua perspetiva, a ideia era homenagear aquela banda pelos seus 125 anos, o que poderia ter sido aceite, e posteriormente podiam também homenagear a Banda de Vale de Cambra, que merece inteiramente a medalha. Voltou a frisar que vota favoravelmente e em consciência as propostas apresentadas, porque concorda que as instituições merecem estar um grau acima desse ouro e um grau acima de qualquer polémica que possa ter a ver com a proposta de atribuição de medalhas, perguntando ao Sr. Presidente a razão para fazer essa alteração, sugerindo se não seria bom dar às duas, as medalhas de ouro, em vez de dar as medalhas de mérito - grau ouro, por terem uma simbologia diferente, sendo um reconhecimento de que ambas são merecedoras. -----

Referiu que as duas Bandas, sendo escola, têm a capacidade de chegar a várias gerações, de atuarem no país e fora dele, sempre com uma alegria enorme, aproveitando o momento para lhes prestar a sua homenagem, pois tem sempre presente a imagem das suas atuações no encerramento das Festas do Município de Vale de Cambra, na despedida das Festas do seu Santo Padroeiro, espetáculos que têm sido um marco importante nesta data também importante. -----

Para ficar ciente daquilo que realmente aconteceu na reunião de Câmara, solicitou ao Sr. Presidente um esclarecimento sobre o que passou porque achava que iam votar a medalha de ouro para a Banda de Junqueira e que posteriormente iam votar a medalha

2023.11.25

de ouro para a Banda de Vale de Cambra, porque tinha tido conhecimento da existência de uma proposta e surgiu outra completamente diferente. -----

A deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins disse concordar com a atribuição das medalhas, por ser uma distinção merecida por estas duas organizações que têm dado prestígio ao concelho e que fazem parte da cultura valecambrense, às “nossas raízes”, tanto a Banda de Vale de Cambra como a de Junqueira, parabenizando a Banda Flor da Mocidade Junqueirense pelos seus 125 anos. -----

O deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida acrescentou as duas Bandas têm uma tradição e uma história enorme, que souberam e sabem modernizar-se e adaptaram-se aos tempos modernos, tendo inclusive atuado com Sérgio Godinho, com Eduardo Gonçalves e com tantos outros, criando um estilo diferente daquilo que era a música filarmónica de outros tempos, considerando essa capacidade de adaptação, a garantia de que, no futuro se vão manter sempre atuais, de acordo com o que público exige, considerando importante valorizar esse aspeto. -----

Pedindo a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu todos os presentes de que, efetivamente, houve uma proposta da atribuição de uma medalha de ouro à Banda de Junqueira dos 125 anos e que, após análise foi seu entendimento que ambas as Bandas eram merecedoras dessa distinção. Após consulta do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município, verificou que a Medalha de Mérito é a que se adequa às associações, às coletividades pelo seu mérito, pela sua relevância, tendo a designação destas também a referência ao grau ouro, não havendo nesta escolha qualquer sentido de menorização ou desrespeito para com as mesmas, pois considera ser a mais alta distinção que se pode dar a uma instituição com as características que tem estas duas Bandas, que cada vez mais se reinventam, com qualidade, com um trabalho relevante e notável, sendo importante realçar e não tudo o que seja lateral à sua importância. -----



A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal - Grau Ouro, à Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense e à Sociedade Artística – Banda de Vale de Cambra, conforme deliberação da Câmara Municipal de 03/10/2023. -----

Ausentou-se da sessão o deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida. -----

6. RECONHECIMENTO DO INTERESSE ESTRATÉGICO MUNICIPAL NA CONSTRUÇÃO DO “EDIFÍCIO DESTINADO A CUIDADOS CONTINUADOS”, PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE CAMBRA, NA RUA DE SÃO TIAGO, UNIÃO DAS FREGUESIA DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal referindo este, que a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra apresentou um pedido de declaração de interesse estratégico municipal, para a construção de um edifício destinado a cuidados continuados, a levar a efeito em Codal, mais propriamente num terreno confinante com a rua de Santiago. -----

Referiu estar em causa um investimento que em sua opinião, é de relevante interesse para Vale de Cambra, para o norte do país, mas também para Portugal, que é completamente deficitário em estruturas de unidade de cuidados continuados, agradecendo ao Sr. Presidente da Mesa e aos deputados municipais, a realização da sessão nesta data e todo o apoio, criando as condições para que esta instituição pudesse avançar com a candidatura pretendida.-----

A Assembleia Municipal, por unanimidade dos 26 membros presentes, conforme o disposto no artigo 101-B do Regulamento do PDM, deliberou reconhecer o interesse estratégico municipal na construção do “Edifício destinado a Cuidados Continuados”, na

Rua de São Tiago, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, de acordo com o PRC n.º121/23 da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, nos termos e condições da deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, com a seguinte

fundamentação: -----

“A Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, fundada em 1952, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com estatutos (Compromisso) aprovados e registados na Direção Geral de Segurança Social desde 23 de Abril de 1984, no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 7/86, a folhas 43 verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do âmbito da Segurança Social e registada desde 23 de Abril de 1986, no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 7/86, a folhas 43 verso, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 7.º dos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, regulamentado pela Portaria n.º 778/83 de 23 de Julho. -----

Em 3 de novembro de 2020, foi publicado o registo definitivo da alteração dos estatutos, pela Direção Geral da Segurança Social, reconhecendo a entidade pessoa coletiva de utilidade pública, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

De forma sucinta, a sua atividade caracteriza-se pela assistência nas áreas da infância e da terceira idade, tendo a funcionar seis grandes estabelecimentos assistenciais:-----

- o CAT - Centro de Acolhimento Temporário de Menores;-----*
- a Creche;-----*
- o Jardim-de-infância;-----*
- o CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres e-----*
- CAF - Componente de Apoio à Família; o Lar de Idosos, Centro de Dia e Centro de Convívio e Unidade de Cuidados Integrados de Longa Duração.-----*

Na atualidade um dos maiores problemas no que respeita à capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é a sua deficiência em termos do número de unidades criadas, de uma forma geral em todas as tipologias, com maior expressão para as Unidades de Longa Duração e Reabilitação (ULDM) e Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR). Este facto, para além de prejudicar a própria tipologia, acaba por condicionar todas as outras por sobrecarga das outras tipologias prejudicando o seu funcionamento em rede.-----

Para além da carência de unicidades da rede nas diversas tipologias, a sua



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2023.11.25

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número de camas de internamento da RNCCI na região norte: 125 Camas em UMDR (Unidades de Média Duração e Reabilitação) e 1035 Camas em ULDM (Unidades de Longa Duração e Reabilitação).-----
Face à falta camas no Concelho de Vale de Cambra e região, a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra entregou no passado dia 30 de Outubro na Câmara Municipal de Vale de Cambra, projeto de arquitetura para a Construção de uma nova Unidade de Cuidados Continuados para 60 camas (Processo no 121/23), no artigo matricial rústico n.º 415, freguesia de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho." -----

Regressou à sessão o deputado municipal José António Abrantes Soares de Almeida.

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.-----

Não se registaram inscrições por parte do público presente.-----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou por unanimidade dos 27 membros presentes**, aprovar em minuta as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 27 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 13 horas e 22 minutos, da qual se lavrou a presente minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

2023.11.25

